

# **AGORA, A ESQUERDA**

## **deBatEs#1**

**XI CONVENÇÃO  
DO BLOCO DE ESQUERDA**  
**PAVILHÃO DO CASAL VISTOSO | LISBOA**  
**10 e 11 de novembro de 2018**



# AGORA, A ESQUERDA

A XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda foi convocada pela Mesa Nacional, no passado dia 22 de abril, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC).

A sessão final da Convenção irá realizar-se nos dias 10 e 11 de novembro, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, e reunirá mais de 600 delegados/as em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração.

Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções. Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as três Moções validadas para debate no processo convencional promovam sessões de apresentação e de controvérsia por todo o país, que decorrerão entre 28 de setembro e 7 de outubro.

Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção, que terminarão a 4 de novembro. As Coordenadoras Distritais e Regionais devem ter em atenção que as listas para delegados/as terão de dar entrada até 9 de outubro.

Os dias seguintes após a eleição de delegados/as constituirão a reta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa. Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver os/as aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação. Todos/as os/as aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2018, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito.

Até 17 de setembro, qualquer aderente pode propor adendas e alterações às Moções de Orientação, bem como propostas de alteração aos Estatutos. O prazo para envio de textos de debate/contributos à COC termina, por sua vez, a 24 de setembro.

O próximo boletim deBatEs sairá no dia 27 de setembro e será enviado por correio eletrónico para todos/as os/as aderentes inscritos/as e com endereço eletrónico disponível, sendo apenas entregues em suporte papel aos/as aderentes que o solicitarem à Sede Nacional. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de quem queira apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no site do bloco.org.

Resta informar que a COC é composta pelos/as camaradas Dina Nunes, Mariana Carneiro, Nelson Peralta, Miguel Oliveira e Vasco Barata eleitas/os na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos/as representantes das moções A, C e M, respetivamente, Cristina Andrade, Paulo Teles Silva e Joseph da Silva. A comunicação com a COC deverá ser feita através do email [coc.2018@bloco.org](mailto:coc.2018@bloco.org) ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510). Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção



# REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUÉRDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XI Convenção Nacional do Bloco.

## I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 22 de Abril de 2018.
2. A XI Convenção Nacional é convocada para os dias **10 e 11 de novembro de 2018**, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
  - P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório a COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;
  - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
  - P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
  - P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco no dia seguinte ao da sua aprovação e enviados via email a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível, e por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

## II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: **Dina Nunes, Mariana Carneiro, Nelson Peralta, Miguel Oliveira e Vasco Barata**. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é **coc.2018@bloco.org**
5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças

da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os boletins debates #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.
7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

## III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. **Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 25 de junho de 2018, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 a 18 de julho.** As Moções são entregues em suporte informático **não podem ultrapassar os 30 mil caracteres** (incluindo espaços), **devem incluir a lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 28 de setembro e 7 de outubro de 2018. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também pode ser



realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Os textos de debate/contributos a publicar no **debates #2 deverão ser enviados à COC até 24 de setembro** em suporte informático e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).

**11. Até 17 de setembro, qualquer aderente pode propor adendas e alterações** à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade.

12. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia 24 de setembro para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e informarem a COC.

13. Os redatores podem decidir, até **24 de setembro**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.

14. Os relatores de cada Moção enviam à COC, **até 24 de setembro**, o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites.

15. No boletim **deBatEs #2, a publicar a 27 de setembro**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 12 e 13.

16. As propostas não incluídas pelas Moções poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que inscritas por um mínimo de 5 delegados/as.

17. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

**18. Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no DeBatEs #3 inscritas por 15 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

#### **IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS**

19. Qualquer aderente poderá, até 5 de junho, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do email da COC.

20. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e **aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 7 de julho**.

21. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **18 de julho**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

22. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **17 de setembro**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.

23. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e inscritas por, pelo menos, 15 delegados/os**.

#### **V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS**

24. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no **mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

25. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Contudo, no seu alinhamento interno, devem respeitar uma ordenação sequencial que observe o princípio da paridade de género 50/50.

26. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

#### **VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS**

27. As/os delegados são eleitas/os pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais **até ao dia 23 de abril de 2018**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de



- 2018.
28. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um **dos dias 2, 3, ou 4 de novembro**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.
29. As e os delegadas/os são eleitas/os na proporção de **1 delegado para 13 aderentes**, tendo por base o apuramento dos inscritos até 23 de abril de 2018.
30. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:
- Estão associadas a uma Moção de Orientação;
  - Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 10 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 5 aderentes.
31. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.
32. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:
- Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
  - Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;
  - Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes. Excetua-se deste critério a região Autónoma dos Açores, que pela sua especificidade geográfica, poderá formar assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).
33. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.
34. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 24 de setembro**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por email aos aderentes incluídos no respetivo universo eleitoral **até dia 26 de setembro** e publicado no site [bloco.org](http://bloco.org) e no site do BE Distrital ou Regional correspondente.
35. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:
- As listas de candidatos/as deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia 9 de outubro, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e enviadas aos aderentes **até dia 15 de outubro**;
  - O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, devidamente preenchida e assinada;
  - Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até à véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais;
  - As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.
  - Compete à COC organizar a(s) MAE das/os aderentes emigrantes.
37. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.
38. A Mesa Eleitoral (MAE) deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las no prazo de 12 horas, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



# PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUÉRDA

## DATA, LUGAR E LEMA

1. A XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 10 e 11 de novembro de 2018, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Agora, a Esquerda".

## COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é aberta a todas/os as/os aderentes e constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidadas/os todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

## DIREÇÃO DOS TRABALHOS

7. A XI Convenção inicia-se com a credenciação das/ os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
  - a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.
8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela

Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

## INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão,



proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.
17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.
18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.
20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja

inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

## VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.
  - a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.
23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.
  - a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.
24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.
25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.
26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

## ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.
28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.
29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.



30. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.
31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.
32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.
33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.
34. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.
35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.
- sábado, votação final 12h00m domingo);  
Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);  
Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

## **ORDEM DE TRABALHOS**

Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

Eleição da Mesa (11h15m);

Alocação de abertura da Convenção (11h30m);

Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30m)





# PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS APRESENTADAS PELA MESA NACIONAL

## Artigo 4.º

### ponto 1

b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, **desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do acto eleitoral;**

## Artigo 10.º

**ponto 2** - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de **60%** de membros que não sejam ~~deputadas ou deputados, nacionais ou europeus,~~ funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo Movimento.

**ponto 6 - (Novo ponto)** Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

## Artigo 15.º

**Revogado**

## **Moção A**

# **UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS**



# UM BLOCO MAIS FORTE PARA MUDAR O PAÍS

*Os acordos estabelecidos em 2015 entre o Bloco de Esquerda, o PCP e os Verdes com o PS, afastaram a direita do governo depois de quatro anos de empobrecimento e austeridade, interromperam a vingança contra o 25 de Abril e permitiram recuperar condições de vida e de mobilização popular. Esses avanços constituem vitórias importantes. Concluindo esse ciclo com as eleições de 2019, o Bloco responde ao seu povo com uma certeza: só com mobilização social e mais força da esquerda serão possíveis novos progressos na luta pela dignidade do trabalho, pela igualdade e por justiça na economia em Portugal.*

*Numa crescente instabilidade internacional, marcada pelo belicismo de Trump, o aquecimento global, a deslocação para a direita da política internacional e a desagregação europeia, o seguidismo relativamente à NATO e às instituições europeias é irresponsável.*

## **1. O NACIONALISMO ULTRA-CONSERVADOR DE DONALD TRUMP É A NOVA FORMA DE AFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA IMPERIAL NORTE-AMERICANA FACE À INSTABILIDADE FINANCEIRA E ÀS DIFICULDADES POLÍTICAS INTERNAS.**

**A guerra comercial com a China e a União Europeia serve a defesa do sistema financeiro norte-americano e a escalada belicista.** O anúncio da mudança da embaixada norte-americana em Israel para Jerusalém, a retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irão e as constantes ameaças militares são parte de uma retórica inflamada para ganhos eleitorais internos e com consequências externas imprevisíveis.

Trump garantiu o apoio de França, Alemanha e Reino Unido em ataques à Síria e pressiona o aumento do investimento dos Estados europeus na militarização. A aparente desvalorização da NATO pela administração Trump visa um reforço do unilateralismo e da disciplina neste braço armado da administração norte-americana e do complexo militar-industrial.

**O discurso Trump explora os efeitos da crise normalizando respostas racistas, autoritárias e misóginas, reforçando também o crescimento da extrema-direita por toda a Europa.**

## **2. AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS SÃO UM GRAVE RISCO GLOBAL. A TEMPERATURA AUMENTOU 1°C DESDE A ÉPOCA PRÉ-INDUSTRIAL E, MESMO QUE AS METAS PROMETIDAS EM PARIS FOSSEM CUMPRIDAS, AUMENTARIA OUTROS 3,5°C NOS PRÓXIMOS 50 ANOS, O QUE GARANTIRIA UMA CATÁSTROFE AMBIENTAL COM ELEVADOS CUSTOS SOCIAIS.**

**Os EUA desvincularam-se do Acordo de Paris e a generalidade dos Estados recusa comprometer-se com medidas efetivas de redução da emissão de gases de efeito de estufa.** Neste início de século, assistimos por todo o mundo à multiplicação de catástrofes naturais, fenómenos climatéricos extremos, subida do nível das águas do mar e secas prolongadas. Em Portugal, a acelerada erosão da orla costeira, o aumento de períodos de seca, o número crescente de tempestades, a violência dos incêndios e a persistência do erro da prospeção de petróleo, lembram-nos que nenhum lugar está protegido da ameaça climática.

**Os refugiados do clima já são o dobro dos deslocados por violência ou conflitos (muitos deles com causas também ligadas ao clima).**

### **3. A CRISE DOS REFUGIADOS, O ULTIMATO À GRÉCIA, O BREXIT, O ASCENSO FASCISTA NA ÁUSTRIA, EM ITÁLIA E NO LESTE, A REPRESSÃO NA CATALUNHA: TODOS SÃO, POR AÇÃO OU OMISSÃO, SINAIS DE ACELERAÇÃO DA DESAGREGAÇÃO DE ALGUNS REGIMES POLÍTICOS E DA UNIÃO EUROPEIA.**

**Agravam-se todos os fatores de crise na Europa.** Numa década de crise financeira, prosseguiram a concentração e a desregulação da banca, com sucessivos escândalos de evasão e fraude fiscal e impostos reduzidos para financiar a acumulação. As políticas de austeridade descredibilizam qualquer projeto comum europeu e promovem crises de legitimidade democrática dos Estados. O crescimento da extrema-direita, inflamada por Trump e apoiada por Putin, é também fruto dessa evolução, que persegue imigrantes e refugiados, num enorme rasto trágico, acirrando o ódio xenófobo. A reconstituição do centro pelo liberalismo de Macron ou a chegada de um partido neofascista ao governo da Itália são outras expressões da deslocação da política europeia em direção à direita.

**A União Europeia substituiu as já modestas pretensões de coesão social e territorial pela militarização e assume-se como espaço punitivo.** Na reação ao Brexit, assiste-se a um reforço das políticas de defesa e segurança em detrimento dos fundos de coesão. Foi criada a Cooperação Estruturada Permanente, primeiro passo para um exército comum. Os projetos de reestruturação da dívida soberana dos Estados, de reformulação do Euro ou de criação de algum tipo de mecanismo solidário europeu foram simplesmente afastados pelo veto do governo alemão e pela subordinação mais ou menos convicta dos restantes. A UE conforma-se com os atropelos às liberdades e direitos humanos por governos proto-fascistas que se instalam em vários Estados membros, mas sucedem-se as ameaças e sanções contra qualquer proposta económica que não siga a ortodoxia neoliberal. Dispensando a democracia e incapaz de um projeto de progresso social, a UE resume-se à estrutura coerciva dos tratados europeus, que impõem uma economia extrativa de rendas e exploradora do trabalho. Esse projeto impõe-se contra as democracias nacionais e, frequentemente, contra o próprio Estado de direito.

### **4. PERANTE A DESINTEGRAÇÃO EUROPEIA, A ESQUERDA TEM A TAREFA DE CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA POPULAR ÀS POLÍTICAS DO CENTRO E CAPAZ DE ENFRENTAR E VENCER A DIREITA E A EXTREMA-DIREITA . ESSE CAMINHO EXIGE UMA RUPTURA COM OS TRATADOS EUROPEUS.**

**Os elogios à experiência portuguesa por alguma social-democracia europeia não iludem a falência desta, absorvida pela estratégica austeritária e em colapso eleitoral.** A evolução política e eleitoral dos partidos desta família política é a mesma em quase toda a Europa: Alemanha, França, Itália, Holanda. No seu lugar cresce um gigante político conservador, que domina as instituições europeias. No Estado espanhol, um processo em desenvolvimento, a solução política parece depender da disputa pela hegemonia entre a esquerda e o centro.

**Com a capitulação dos seus defensores institucionais, desapareceram as propostas de uma reforma progressista da União Europeia.** Só é possível uma política alternativa à austeridade e ao neoliberalismo na ruptura com os tratados, o que implica um confronto com o diretório europeu. O balanço da chantagem europeia contra a Grécia é claro: se não dispuser de uma alternativa soberana fora do euro, um governo de esquerda, mesmo com apoio social maioritário, perde o espaço negocial e cede perante o ultimato.

**Os tratados europeus criminalizam o investimento público, o reforço do Estado Social e o controlo público dos setores estratégicos.** As pressões para a desregulação laboral e para a privatização dos sistemas de pensões são o centro do ataque aos povos europeus. Só a recuperação de esferas fundamentais de soberania democrática permite responder às crises social e económica, reconstruir a legitimidade dos Estados e um programa de solidariedade entre povos.

## **5. A RELAÇÃO DE FORÇAS PARLAMENTAR SAÍDA DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2015 PERMITIU AFASTAR A DIREITA DO GOVERNO E PARAR O EMPOBRECIMENTO DO PAÍS. ESSA VIRAGEM CONSTITUI UM TRIUNFO QUE O BLOCO RECLAMA. MAS O BALANÇO DOS ACORDOS NÃO PODE OMITIR OS SEUS LIMITES, CONTRADIÇÕES E INSUFICIÊNCIAS PARA A ALTERAÇÃO ESTRUTURAL NO PAÍS. OU SEJA, O QUE ESTÁ POR FAZER.**

**5.1. A recuperação de rendimentos do trabalho, salários e pensões, anunciada como uma catástrofe económica pela direita e instituições europeias, foi a maior conquista deste período.** Esta recuperação, ainda que tímida, foi imposta, no modo e no tempo, pela esquerda: eliminamos num só ano cortes inconstitucionais aos salários, descongelamos todas as pensões e conseguimos aumentos extraordinários, repusemos os feriados roubados, baixamos o IRS, passamos o salário mínimo nacional para 600 euros em 2019 (aumento de 20% na legislatura), estendemos a tarifa social da energia a 700 mil famílias, acabámos com as apresentações quinzenais e o corte no valor do subsídio de desemprego, tudo medidas ausentes do programa eleitoral do PS ou em direta contradição com este. Por proposta e pressão da Esquerda, lançou-se um programa de regularização de precários do Estado, reforçou-se o combate ao assédio no trabalho e a lei contra o trabalho forçado, reverteram-se os cortes e aumentou-se o valor de referência das prestações sociais de combate à pobreza (RSI, CSI, abono de família, e também alterações na renda apoiada e isenção de IMI), e impediu-se a execução fiscal de habitações permanentes. O Bloco bateu-se e negociou a concretização de um novo regime de contribuições para os trabalhadores independentes. O seu resultado económico traduziu-se num reforço da procura que, ainda que limitado, impulsionou algum crescimento e a criação de emprego. Assim foi aniquilado o discurso de uma direita que apostou no regresso da recessão e da troika e cujo único plano para o país foi o regresso ao passado. O Bloco provou ser a força responsável que determina políticas e é coerente com os seus compromissos com os trabalhadores e trabalhadoras.

**5.2. Este foi também um período de conquista de direitos civis, muito impulsionada pela intervenção do Bloco nos movimentos sociais e no parlamento.** Travada a ofensiva conservadora da direita, reverteram-se as medidas de minorização e cobrança de taxas às mulheres que recorrem à IVG, alargou-se o direito de adoção a todas as famílias, fizeram-se avanços no acesso à PMA e à gestação de substituição e no respeito pela identidade de género, mesmo com bloqueios parciais nestes caminhos, por decisão do Tribunal Constitucional, no primeiro caso, e por veto presidencial, no segundo. A questão da deficiência afirmou-se na agenda política, com avanços, ainda que tímidos. A cannabis medicinal foi legalizada e o direito à morte medicamente assistida, chumbado por apenas 5 votos, tem despenalização anunciada para futuro.

**5.3. Na ausência de qualquer acordo com a esquerda sobre as matérias europeias, a obediência do PS ao Tratado Orçamental ditou a escassez de investimento público.** A “leitura inteligente” do Tratado Orçamental, com que António Costa fez campanha, consistiu afinal na ultrapassagem das metas de Bruxelas. Depois de anos de cortes, degradação dos serviços, exigia-se mais do que um ligeiro aumento de dotações, na maioria aquém do crescimento do PIB. As dificuldades de resposta do SNS, da Escola Pública e dos transportes coletivos, a recusa da contagem do tempo de serviço de professores ou do reconhecimento das carreiras dos técnicos de saúde, foram apenas a face mais visível das dificuldades. Os trágicos incêndios do verão de 2017 revelaram um interior abandonado por anos de desinvestimento.

**5.4. Mantendo as opções de fundo na legislação laboral e nos privilégios dos setores rentistas, o governo do PS conteve a recuperação de rendimentos do trabalho ao longo da legislatura.** No código de trabalho, o PS quis manter as medidas mais gravosas da troika (corte de 3 dias de férias, facilitação e embaraçamento dos despedimentos, etc.), e a caducidade da contratação coletiva. Negou a reforma por inteiro aos 40 anos de desconto e 60 de idade. Nas rendas da energia, após algumas reduções dos subsídios às empresas, negociadas com o Bloco, continuam por concretizar o corte dos CMEC e a contribuição extraordinária das empresas de produção renovável. Na saúde, o governo protegeu o modelo de financiamento que assegura o setor privado. Portugal continua no pódio da precariedade e das desigualdades salariais, da maior fatura doméstica na energia e como o país da União Europeia que gasta mais em PPP em percentagem do PIB.

## **6. DEPOIS DO ALÍVIO E DA EXPECTATIVA INICIAIS, EM 2018 VIVEMOS UMA RETOMA DE LUTAS SOCIAIS E LABORAIS. NA COMBINAÇÃO ENTRE MELHORIAS EFETIVADAS E PROMESSAS GORADAS, EXISTE UMA MAIOR CONSCIÊNCIA SOCIAL DAS POSSIBILIDADES E DA NECESSIDADE DE ALTERNATIVA.**

**6.1. No final de 2015, o sinal da política mudou; o medo do corte foi substituído pela exigência da recuperação e as lutas intensificaram-se neste último ano.** A redução da chantagem do desemprego contra o trabalho, a promessa de avanços sobre a precariedade, em particular na vinculação de precários Estado (PREVPAP), e uma viragem política que resgatou publicamente o compromisso com o Estado Social criaram uma expectativa que se exprimiu em variadas lutas. Foram marcantes as mobilizações nas profissões da saúde e da escola pública, a organização de precários do Estado, os movimentos reivindicativos na cultura e na habitação, o ativismo ambientalista, greves e manifestações inéditas de trabalhadores temporários, imigrantes e cuidadores informais, a contestação em grandes empresas como a Autoeuropa ou a PT, entre outras.

**6.2. O acordo de 2015 demonstrou a falácia do voto útil, alterando premissas persistentes do sistema político.** A garantia de políticas à esquerda decorre do reforço do Bloco. O acordo prova que, historicamente, o PS só não encontrou entendimentos à esquerda porque preferiu pactos à direita, prática a que voltou logo após a mudança de liderança do PSD. A ausência histórica de entendimentos à esquerda não foi defeito da esquerda. Foi feito do PS. Durante 4 anos, em contrapartida, o Bloco foi uma força estável, de exigência e de garantia. As obrigações do acordo assinado em 2015 foram desenvolvidas pelo Bloco de Esquerda até aos limites estabelecidos pelo PS e pela sua obediência à União Europeia.

*A reestruturação da dívida e o controlo público dos setores estratégicos da economia permanecem a chave para uma governação à esquerda.*

## **7. O ABRANDAMENTO DA CHANTAGEM EUROPEIA CONTRA PORTUGAL É CONJUNTURAL E TODOS OS RISCOS SE MANTÊM. A DÍVIDA EXTERNA, QUE É INSUSTENTÁVEL, PERMANECE COMO INSTRUMENTO DESSA CHANTAGEM.**

**Em 2015, o diretório europeu preferiu evitar o desgaste político e os riscos sistémicos de um novo processo punitivo contra outro Estado nacional por estar em causa o governo de um partido fiel aos tratados.** O PS não incluía no seu programa qualquer reforma estrutural da UE e Mário Centeno a presidir ao Eurogrupo confirmou a garantia do seu alinhamento com o Tratado Orçamental. O cumprimento desses tratados impede uma recuperação sustentável dos direitos dos trabalhadores, depois do choque da austeridade.

**Portugal mantém-se refém de uma dívida pública impagável e de um sistema financeiro fragilizado, que permanece um risco para os cofres nacionais e uma oportunidade para os interesses dos capitais estrangeiros.** Os juros baixos dos últimos anos não o eliminaram e introduzem novos factores de instabilidade; com a pressão de Trump, com o fim da política de liquidez do BCE, a crise em Itália e a instabilidade internacional, os juros tendem a aumentar. No relatório do grupo de trabalho com o Bloco sobre o endividamento externo, o PS assumiu que as regras europeias são injustas e erradas e que a dívida pública é insustentável, mas o governo recusou as conclusões e não cumpriu a promessa de levar ao Conselho Europeu a questão da renegociação multilateral das dívidas soberanas. Nas decisões sobre a banca, o governo manteve-se alinhado com a estratégia do BCE de concentração europeia e de resgate público de bancos privados. A aceitação da União Bancária retira a Portugal a capacidade de decidir sobre a banca.



**Sem reverter as privatizações dos setores estratégicos da economia, Portugal continuará a assistir à sangria dos seus recursos.** As privatizações redundaram na pilhagem de empresas construídas pelo investimento do Estado. São exemplos, entre muitos outros, a distribuição de dividendos acima dos lucros pelos CTT, a sangria da PT pela Altice, como o fora anteriormente pelo grupo GES. Assim se foi destruindo boa parte do valor e emprego destas empresas.

**Sem controlo dos setores estratégicos, o país está condenado à chantagem do poder económico e incapaz de responder pelo emprego, coesão social ou ambiente.** O controlo da energia (EDP e REN) pelo Estado chinês é emblemático desse risco. Mesmo com a energia mais cara da Europa, que empobrece famílias e limita a capacidade produtiva, nenhum governo foi até hoje capaz de acabar com as rendas de privilégio. Sem controlo das empresas estratégicas, não haverá a necessária reconversão energética para combater as alterações climáticas.

*Assiste-se a uma pressão crescente para recuperar políticas de bloco central e afastar a influência da esquerda. O Bloco contraria esta pressão, em nome da defesa dos salários, pensões e serviços públicos, da proteção do trabalho e do combate às rendas do capital.*

## **8. O PS PROCURA UMA MAIORIA ABSOLUTA AO CENTRO E ABRE A PORTA A CONVERGÊNCIAS À DIREITA.**

O PS tem afirmado as conquistas do diálogo à esquerda. Mas o seu congresso realizou uma viragem do discurso, apresentando esta experiência como um parêntesis na história do partido. Logo depois, o governo anunciou o acordo com o patronato para limitar o efeito das medidas contra a precariedade negociadas à esquerda.

**O poder económico aposta na maioria absoluta do PS e, pelo seu lado, Rui Rio assume-se já como futuro colaborador de um governo PS, num bloco central subordinado.** Ao longo desta legislatura, o PSD já foi o suporte do PS para a manutenção do alinhamento europeu, travando investimento público e conquistas laborais, viabilizando as vendas do Banif e do Novo Banco. A assinatura de acordos com o PS sobre estratégia de investimentos e municipalização, bem como o apoio ao acordo com os patrões, mostram que o PSD quer favorecer o reposicionamento do governo do PS, substituindo acordos à esquerda por pactos de geometria variável. Esse caminho representa uma viragem à direita e uma ameaça para a defesa do salário e das pensões e para o combate à precariedade.

**O Presidente da República tem sido um obreiro dessa hipótese de bloco central.** Recorre com eficácia a formas de comunicação que lhe conferem uma popularidade elevada, mas a sua intervenção permanente tem um discurso político marcado pelo silêncio sobre problemas da vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo que se assume como um garante da ortodoxia europeia nos orçamentos. A defesa do setor privado da saúde, o elogio das confederações patronais ou a resistência a avanços nos direitos civis, são marcas do seu mandato.

## **9. O BLOCO DE ESQUERDA É SEMPRE A GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DOS ACORDOS DE 2015 E DE AVANÇOS PARA PATAMARES MAIS EXIGENTES DE DIREITOS SOCIAIS.**

**No campo laboral, são necessários avanços em 2019 no combate à precariedade no público e no privado.** A organização dos precários do Estado mantém a pressão para que a vinculação prometida pelo PREVPAP seja efetiva para muitos setores em que a precariedade foi regra durante décadas. Devem ser concretizadas novas regras para o trabalho por turnos, a limitação do outsourcing, o combate à desigualdade salarial ou o

fim do corte de “sustentabilidade” no acesso à pensão antecipada.

**A defesa do SNS como garante constitucional do direito à saúde e a mobilização dos seus profissionais podem e devem viabilizar uma nova Lei de Bases da Saúde** que, em linha com o projeto de Arnaut e Semedo, assegure o acesso universal, gratuito e inclusivo a cuidados de saúde, faça a separação entre setores público e privado da saúde vencendo as parcerias público-privadas e reforce uma visão de prevenção na saúde e de apoio social e comunitário na doença e na deficiência. A alternativa situacionista do atual ministro, apoiada pelo setor privado e pela finança, procura contrariar a exigência de consolidação e desenvolvimento do SNS.

**A defesa do direito à habitação é prioritária.** É possível ainda em 2018 limitar o alojamento local, acabar com benefícios fiscais e vistos gold que promovem a especulação imobiliária e alterar o regime de arrendamento urbano, travando despejos e promovendo os contratos de longa duração.

**A causa ambiental em Portugal ganha força e impõe limites às pretensões do governo e das petrolíferas.** A autorização de prospecção de petróleo em Aljezur sem avaliação de impacto ambiental criou uma onda de protestos que reforça a exigência da rescisão de todas as concessões para a exploração de hidrocarbonetos.

## **10. A CONVERGÊNCIA À ESQUERDA COM O PCP É UMA COMPONENTE IMPORTANTE DOS AVANÇOS SOCIAIS NESTE PERÍODO E NO FUTURO.**

**O Bloco valoriza um elevado grau de convergência de posições com o PCP, nomeadamente em questões económicas e laborais, ao nível parlamentar e também no terreno social,** desde logo por partilharmos responsabilidades na viabilização da atual solução política. Mantivemos divergências importante com o PCP em matérias como a paridade entre homens e mulheres, a legalização da cannabis, a extensão da procriação medicamente assistida ou a despenalização da morte assistida. A persistência de acusações sectárias não impedirão o Bloco de se continuar a empenhar no sentido do desenvolvimento das possibilidades de convergência e da recusa do sectarismo entre as esquerdas.

*O Bloco apresenta-se ao ciclo eleitoral de 2019 em torno do seu próprio programa e para disputar a representação da maioria.*

## **11. AS ELEIÇÕES EUROPEIAS SÃO O PRIMEIRO EMBATE ELEITORAL DE 2019. O BLOCO VAI ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS EM LISTAS PRÓPRIAS E JUNTA FORÇAS À ESQUERDA, NUMA CANDIDATURA INTERNACIONALISTA QUE RECUSA A SUBMISSÃO AOS TRATADOS.**

**O balanço dos anos de desintegração europeia é feito em tempos e modos diferentes pelas forças de esquerda na Europa, em função da realidade de cada país.** Na ausência de uma estratégia comum a nível europeu a convergência à esquerda reduz-se hoje a experiências específicas de cooperação entre partidos.

**O Bloco de Esquerda empenhou-se na criação da plataforma política “Agora, o Povo”, que reúne forças significativas em vários países europeus e que reforça o campo da rutura com os tratados, da recuperação da soberania popular e da solidariedade entre os povos.** A plataforma não substitui os espaços de articulação em que o Bloco já participa, do Partido da Esquerda Europeia e do Grupo Unitário da Esquerda no Parlamento Europeu ao Plano B. Sabendo-se que uma parte do Partido da Esquerda Europeia aceita as decisões do governo Syriza, o Bloco recusa este caminho.

**A base do nosso programa é a recuperação do emprego, dos direitos do trabalho e do Estado Social, uma estratégia económica contra as alterações climáticas e o compromisso feminista e antirracista, a recusa**





**da Europa fortaleza e a solidariedade entre os povos.**

## **12. NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS O BLOCO APRESENTA-SE AO PAÍS COM UM PROGRAMA DE GOVERNO E UMA PROPOSTA DE GOVERNAÇÃO À ESQUERDA.**

**O Bloco tem hoje mais responsabilidade, mais força social, mais quadros preparados e mais interlocutores nas diversas áreas da luta política.** O trabalho desenvolvido ao longo deste mandato, nos encontros e fóruns setoriais, locais e nacionais, reuniu um grande número de ativistas e especialistas, aderentes do Bloco e independentes, cujo contributo preparará o programa de governo a apresentar na campanha legislativa de 2019.

**O Bloco juntará forças em torno de um programa de transformação económica e social, numa perspectiva socialista, ecologista, feminista e antirracista.** Este programa terá no seu centro a reconstrução de direitos do trabalho, combatendo a precariedade, promovendo o pleno emprego, colocando a inovação e tecnologia ao serviço do aumento do emprego e dos salários, com diminuição da penosidade do trabalho e do horário do trabalho. Proporá a reestruturação da dívida pública e a nacionalização dos setores estratégicos, como elementos centrais de recuperação da soberania económica, e uma revolução fiscal que financie um Estado Social com respostas universais. Pensará regionalização e descentralização, com combate às assimetrias e redes de serviço público e apoio social capazes de responderem a toda a população. Incluirá a modernização e capacitação da Escola Pública, do Serviço Nacional de Saúde, da Justiça, da Cultura e da Ciência e a concretização do direito à Habitação. Desenvolverá estratégias para a reconversão energética, transportes e ordenamento, soberania alimentar, proteção da floresta, costa, solos e águas, respeito pelo bem-estar animal e o combate às alterações climáticas. Exigirá mais transparência e combate à corrupção, incluindo a separação entre público e privado e o fim das PPP. Proporá uma democracia sólida, combatendo o conservadorismo, o racismo, a violência de género e todas as desigualdades e formas de exclusão, promovendo o acolhimento de imigrantes e a inclusão das pessoas com diversidade funcional.

**Em 2019, o Bloco quer ser força de governo, com uma nova relação de forças. Um governo de esquerda dá uma garantia ao povo: defende o salário, a pensão e o emprego. Não aceita recuos, nem a precarização do trabalho nem a redução do salário e da pensão.** Esse governo fará o que o PS recusou fazer, partindo do ponto em que o PS travou, sem tibiezas: relançar a saúde e escola públicas e a dignidade do trabalho, combater o rentismo e recuperar a propriedade de bens estratégicos na economia e no ambiente. Em simultâneo, abrir um processo de alteração dos tratados europeus para a redefinição da política económica e da dívida. Sem essa redefinição, não há espaço para políticas de esquerda.

*O Bloco tem hoje aderentes e iniciativa em mais concelhos do país e é reconhecido em todo o território como interlocutor em políticas nacionais, regionais e locais.*

## **13. NAS ELEIÇÕES REGIONAIS DA MADEIRA, A CRIAÇÃO DE ALTERNATIVA À ESQUERDA DEPENDE DO REFORÇO DO BLOCO DE ESQUERDA.**

**A Madeira permanece uma das regiões mais desiguais e com maiores índices de pobreza do país.** O governo regional, incapaz de responder à crise social e económica da região, esconde-se na estafada responsabilização do governo da República para esconder a sua inação e subserviência aos interesses económicos instalados na região.

**O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo.** O PS decidiu candidatar Paulo Cafôfo, que ganhou a Câmara Municipal do Funchal numa coligação

em que o Bloco participa desde a primeira hora. A escolha do PS-Madeira passa por uma candidatura estritamente partidária e cujo programa se alinha com os interesses económicos dominantes na Madeira, sendo coordenado pelo administrador de um importante grupo privado da região. Um governo do PS, a sós ou com o CDS, estaria limitado a uma alternância incapaz de romper com os setores rentistas e a promiscuidade entre público e privado que marcam o atraso da região.

**Só o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira.** O Bloco apresenta-se às eleições regionais da Madeira com um programa centrado no combate à corrupção e ao rentismo e nas respostas sociais e económicas urgentes para o combate à pobreza e à precariedade.

#### **14. NOS AÇORES, O BLOCO DE ESQUERDA É A OPOSIÇÃO QUE NÃO CEDE À PREDACÃO DOS INTERESSES INTERNACIONAIS NEM DESISTE DO DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO.**

**É necessário transformar a posição geoestratégica dos Açores numa valência económica, combatendo a lógica militarista ao serviço do imperialismo norte-americano.** A gestão dos solos e fundos marítimos da atual ZEE e futura plataforma continental adjacente aos Açores deve ser responsabilidade dos órgãos de governo regionais, com o apoio de um centro de investigação para as ciências do mar a constituir.

#### **15. A REPRESENTAÇÃO AUTÁRQUICA DO BLOCO, TENDO PROGREDIDO, É AINDA REDUZIDA. ARTICULAR A INTERVENÇÃO LOCAL E NACIONAL É UMA PRIORIDADE DA ORGANIZAÇÃO.**

**Em Lisboa, o crescimento do Bloco impediu a maioria absoluta do PS e forçou um acordo de governação autárquica com ganhos à esquerda.** A gratuidade dos manuais escolares em todos os ciclos e a lançamento das salas de consumo assistido são produto desse acordo. Nos próximos meses, esse acordo será testado em questões centrais como os transportes públicos e a habitação.

**O enraizamento do Bloco exige um trabalho local que não se esgota na representação autárquica e disputa espaços de interlocução popular.** Hoje, com representação em localidades onde a sua organização só agora se inicia, o apoio a este trabalho é essencial. Para promover a articulação da intervenção local e autárquica, cria-se um grupo de organização autárquica, dotado dos meios necessários a este apoio.

#### **16. NO PLANO DA ORGANIZAÇÃO, O OBJETIVO É PROMOVER A INTERVENÇÃO POLÍTICA DAS E DOS ADERENTES EM ATIVISMOS E MOVIMENTOS SOCIAIS.**

**A experiência dos encontros locais, nacionais e internacionais reforçou o Bloco.** Militantes e independentes envolveram-se nos debates e na construção da agenda. Foi assim em temas como o trabalho, a floresta, o ambientes, a deficiência, a saúde, os direitos LGBTI+, a educação, a causa animal e também a solidariedade internacionalista. A Mesa Nacional e as organizações distritais e concelhias devem promover espaços de encontro e debate que aprofundem essa experiência e a estendam a novas áreas e formas de intervenção.

**O Bloco deve criar condições para participação de toda a sua militância, aumentando os espaços de debate e formação, também a nível local, e promovendo práticas feministas, antirracistas e de inclusão da diversidade funcional.**



## **17. A ESTAGNAÇÃO OU A PERDA DE SINDICALIZAÇÃO TEM SIDO UM PROCESSO LONGO. A RENOVAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL É O DESAFIO ESSENCIAL PARA A ESQUERDA SOCIAL.**

**O Bloco de Esquerda considera como uma das suas intervenções estratégicas, a sua ligação aos movimentos laborais.** Temos vindo a intervir em defesa dos trabalhadores e das populações nas lutas da PT/Altice, CTT, EDP, nas Minas da SOMINCOR, EFACEC, EMEF, CP, dos trabalhadores das pedreiras e por turnos, dos professores e da administração Pública, dos precários do Estado, e nas empresas de trabalho temporário, e muitos outros.

**O Bloco deve criar laços e organização de proximidade nos locais de trabalho e apoiar as e os ativistas laborais.** Esse trabalho passa pela criação de núcleos, pela formação e pela promoção da sindicalização, apoio à intervenção sindical no local de trabalho e à criação de Comissões de Trabalhadores, bem como pela defesa de mecanismos da participação democrática nos sindicatos e da garantia de independência das organizações representativas de trabalhadores.

### PROPONENTES:

Catarina Martins, Porto - Porto, 8425  
Pedro Filipe Soares, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2861  
Marisa Matias, Coimbra - Coimbra, 3764

### SUBSCRITORES:

Abel Carvalho, Porto - Gondomar, 11700  
Abel Sousa, Porto - Póvoa do Varzim, 11735  
Abilio Barbosa, Europa - Suíça, 11131  
Ada Silva, Porto - Porto, 9785  
Adelaide Corte, Porto - Vila Nova de Gaia, 11836  
Adelaide Oliveira, Porto - Porto, 4854  
Adelina Silva, Aveiro - Aveiro, 12587  
Adelino Candeias, Portalegre - Portalegre, 11219  
Adelino Costa, Porto - Porto, 336  
Adelino Fortunato, Setúbal - Sesimbra, 8790  
Adelino Granja, Leiria - Alcobaça, 4507  
Adelino Pereira, Europa - França, 13625  
Adriana Afonso, Lisboa - Lisboa, 13068  
Adriana Ferreira, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12614  
Adriana Lopera, Lisboa - Lisboa, 2447  
Adriana Melo, Porto - Porto, 11192  
Adriano Campos, Porto - Porto, 3120  
Adriano Sousa, Porto - Valongo, 9821  
Afonso Moreira, Lisboa - Lisboa, 10022  
Agná Serra, Coimbra - Lousã, 12339  
Agostinha Castro, Madeira - Funchal, 4384  
Agostinho Soares, Lisboa - Lisboa, 10555  
Albano Rodrigues, Porto - Porto, 12403  
Albano Santos, Viseu - Resende, 13778  
Alberta Costa, Lisboa - Torres Vedras, 10642  
Alberto Matos, Beja - Serpa, 1542

Alberto Silva, Porto - Vila Nova de Gaia, 4266  
Alberto Sousa, Porto - Vila Nova de Gaia, 197  
Albino Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9979  
Alcindo Norte, Faro - Olhão, 8378  
Alda Sousa, Porto - Vila Nova de Gaia, 654  
Alexandra Cunha, Aveiro - Aveiro, 13588  
Alexandra Manes, Açores - Terceira, 8765  
Alexandra Vieira, Braga - Braga, 12281  
Alexandre Carneiro, Braga - Braga, 8548  
Alexandre Correia, Setúbal - Almada, 13587  
Alexandre Fernandes, Lisboa - Torres Vedras, 12005  
Alexandre Leao, Coimbra - Coimbra, 5399  
Alexandre Mano, Braga - Braga, 8111  
Alfredo Martinho, Lisboa - Lisboa, 7892  
Almerinda Bento, Setúbal - Seixal, 529  
Álvaro Faria, Aveiro - Ovar, 11857  
Alvaro Martins, Braga - Vila Verde, 13633  
Álvaro Monteiro, Beja - Beja, 9396  
Amadeu Fernandes, Braga - Amares, 7615  
Amândio Barbosa, Porto - Porto, 12334  
Amândio Vila Real, Braga - Vizela, 9477  
Amarílis Felizes, Porto - Vila Nova de Gaia, 9877  
Américo Resende, Aveiro - Ovar, 13252  
Ana Álvaro, Faro - Lagos, 3703  
Ana Bárbara Pedrosa, Braga - Vizela, 6447  
Ana Bela Paixão, Santarém - Torres Novas, 4920  
Ana Campos, Lisboa - Lisboa, 650  
Ana Cardoso, Aveiro - Ílhavo, 11810  
Ana Carolina Gomes, Viseu - Viseu, 12011  
Ana Carvalho, Setúbal - Almada, 12471  
Ana Carvalho, Porto - Matosinhos, 11823  
Ana Castro, Porto - Porto, 12028  
Ana Castro, Lisboa - Lisboa, 9480  
Ana Costa, Santarém - Torres Novas, 12176



- Ana Cristina Santos, Braga - Barcelos, 5767  
Ana Eleuterio, Santarém - Santarém, 13293  
Ana Feijão, Lisboa - Lisboa, 5271  
Ana Ferreira, Évora - Évora, 13037  
Ana Ferreira, Beja - Almodôvar, 8313  
Ana Filipa Castro, Aveiro - Aveiro, 10885  
Ana Filipa Costa, Braga - Braga, 13827  
Ana Freitas, Lisboa - Mafra, 13732  
Ana Gonçalves, Europa - Bélgica, 5602  
Ana Isabel Pereira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12653  
Ana Isabel Silva, Porto - Santo Tirso, 13601  
Ana Loureiro, Beja - Odemira, 8792  
Ana Luzia Cruz, Aveiro - Anadia, 9084  
Ana Margarida Esteves, Lisboa - Lisboa, 12795  
Ana Maria Pereira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9636  
Ana Maria Silva, Porto - Porto, 5612  
Ana Maria Vinagre, Portalegre - Ponte de Sor, 9662  
Ana Martins, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13910  
Ana Massas, Setúbal - Almada, 843  
Ana Mendonça, Santarém - Torres Novas, 1953  
Ana Mingatos, Aveiro - Aveiro, 13833  
Ana Morais, Coimbra - Coimbra, 9589  
Ana Patrícia Ribeiro, Porto - Lousada, 13187  
Ana Paula Almeida da Costa, Beja - Beja, 7290  
Ana Paula Canotilho, Porto - Porto, 3310  
Ana Ramos, Madeira - Santa Cruz, 13495  
Ana Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 13118  
Ana Rute Marcelino, Braga - Vila Nova de Famalicão, 3718  
Ana Santos, Setúbal - Almada, 4452  
Anabela Lúcio, Portalegre - Campo Maior, 10463  
Anabela Mangas, Setúbal - Almada, 4993  
Anabela Pires, Aveiro - Ovar, 13375  
Anabela Silva, Setúbal - Almada, 11518  
André Beja, Lisboa - Sintra, 1128  
André Carvalho, Vila Real - Vila Real, 13826  
André Julião, Lisboa - Loures, 10632  
André Soares, Lisboa - Lisboa, 4855  
Andrea Peniche, Porto - Porto, 193  
Andreia Fonseca, Aveiro - Aveiro, 11525  
Andreia Gomes, Braga - Braga, 5732  
Andreia Guimarães, Braga - Guimarães, 13616  
Andreia Portugal, Leiria - Batalha, 11267  
Andreia Quartau, Lisboa - Lisboa, 11049  
Ângelo Costa, Aveiro - Aveiro, 13278  
Aniceto Correia, Setúbal - Seixal, 968  
Antero Augusto dos Santos, Braga - Barcelos, 5773  
António Abreu, Leiria - Peniche, 3503  
António Alberto Neto, Aveiro - Aveiro, 6630  
Antonio Andrade, Aveiro - Espinho, 10354  
António Baião Costa, Lisboa - Loures, 293  
António Campos, Leiria - Leiria, 280  
António Chora, Setúbal - Moita, 563  
António Cordeiro, Setúbal - Seixal, 1393  
António Cruz, Aveiro - Anadia, 9083  
António Fernando Barbosa, Porto - Valongo, 1489  
António Freitas, Porto - Maia, 10320  
António Frutuoso, Setúbal - Almada, 5201  
António Godinho, Santarém - Tomar, 1323  
António Gomes, Santarém - Torres Novas, 1353  
António Guedes, Porto - Vila Nova de Gaia, 12485  
António Guerreiro, Beja - Almodôvar, 2150  
António Jorge Fernandes, Aveiro - Mealhada, 13835  
António Lage, Lisboa - Lisboa, 2253  
Antonio Leonel Filipe, Leiria - Marinha Grande, 11769  
António Lima, Braga - Braga, 1303  
António Lima, Açores - São Miguel, 9362  
António Luz, Porto - Porto, 342  
Antonio Malias, Portalegre - Sousel, 13678  
Antonio Marinho da Silva, Coimbra - Coimbra, 1660  
António Martins, Porto - Maia, 2572  
António Maurício, Lisboa - Lisboa, 9683  
António Maximiano, Leiria - Alcobaça, 2535  
António Mendes, Braga - Braga, 1301  
António Moniz, Leiria - Peniche, 264  
António Monteiro, Aveiro - Aveiro, 12586  
António Neto, Porto - Maia, 10321  
António Pereira, Faro - Lagos, 13221  
António Pereira, Faro - Olhão, 512  
António Pereira, Portalegre - Campo Maior, 1959  
António Proença Churro, Setúbal - Sesimbra, 3539  
António Ramoa Lima, Braga - Braga, 12120  
António Ricardo, Portalegre - Ponte de Sor, 209  
António Rodrigues, Faro - Lagoa, 13200  
António Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9427  
António Santos, Setúbal - Seixal, 1392  
António Silva, Coimbra - Coimbra, 1165  
António Silva, Braga - Braga, 1762  
António Simões, Porto - Amarante, 1476  
António Teixeira, Setúbal - Seixal, 1390  
António Teixeira, Porto - Penafiel, 326  
António Torres, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8606  
Arlindo Manuel Silva, Aveiro - Águeda, 11854  
Armanda Silva, Faro - Lagoa, 12955  
Armando Cardoso, Lisboa - Cascais, 7535  
Armando Santos, Leiria - Castanheira de Pêra, 11657  
Armindo Monteiro, Porto - Valongo, 5051  
Armindo Silveira, Santarém - Abrantes, 10694



- Arnaldo Sarroeira, Leiria - Caldas da Rainha, 269  
 Artur Calado, Portalegre - Portalegre, 8084  
 Artur Carvalho, Porto - Vila Nova de Gaia, 4459  
 Artur Faria, Porto - Vila Nova de Gaia, 4858  
 Artur Ramos, Porto - Gondomar, 6295  
 Ascensão Pereira, Santarém - Torres Novas, 13785  
 Augusto Gonçalves, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 12850  
 Augusto Simões, Coimbra - Lousã, 2844  
 Avelina Ferreira, Açores - São Miguel, 12308  
 Baltasar Duarte, Porto - Porto, 5078  
 Baltazar Taful, Santarém - Torres Novas, 8442  
 Bárbara Soares, Lisboa - Lisboa, 630  
 Beatriz Arnedo, Porto - Porto, 11828  
 Beatriz Farelo, Lisboa - Lisboa, 12474  
 Beatriz Simões, Porto - Porto, 13034  
 Belandina Vaz, Lisboa - Mafra, 5454  
 Belmira Ferreira, Aveiro - São João da Madeira, 4559  
 Benjamim Gomes, Portalegre - Campo Maior, 10467  
 Benjamim Vilela, Porto - Porto, 8259  
 Bernardino Guia, Faro - Silves, 2383  
 Bernardo Garcia, Coimbra - Coimbra, 13766  
 Berta Alves, Lisboa - Cascais, 666  
 Bianca de Almeida, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12256  
 Bruno Cabral, Lisboa - Lisboa, 297  
 Bruno Góis, Lisboa - Amadora, 4521  
 Bruno Lourinho, Faro - Portimão, 7673  
 Bruno Maia, Lisboa - Lisboa, 2774  
 Bruno Martins, Braga - Fafe, 13663  
 Bruno Martins, Évora - Évora, 4645  
 Bruno Miguel Leite, Porto - Gondomar, 10410  
 Bruno Morais, Aveiro - Ovar, 11855  
 Bruno Oliveira, Aveiro - Mealhada, 11335  
 Bruno Pacheco, Porto - Gondomar, 9323  
 Camilo Ferreira, Braga - Braga, 12119  
 Carla Almeida, Porto - Vila Nova de Gaia, 14020  
 Carla Garcia, Açores - Terceira, 12892  
 Carla Jorge, Leiria - Caldas da Rainha, 12904  
 Carla Lopes, Porto - Porto, 13656  
 Carla Marques, Coimbra - Figueira da Foz, 9130  
 Carla Pereira, Leiria - Leiria, 12940  
 Carla Prates Alcaravela, Portalegre - Ponte de Sor, 10536  
 Carla Silva, Porto - Matosinhos, 12455  
 Carla Silva, Porto - Marco de Canaveses, 10669  
 Carla Sousa, Porto - Valongo, 12170  
 Carla Travessa, Lisboa - Loures, 13132  
 Carla Vilela, Porto - Matosinhos, 5692  
 Carlos Borges Sousa, Lisboa - Lisboa, 3943  
 Carlos Caldeira, Coimbra - Coimbra, 4757  
 Carlos Couto, Viseu - Viseu, 3141  
 Carlos Cunha, Setúbal - Seixal, 11709  
 Carlos Cunha Cruz, Porto - Lousada, 13168  
 Carlos dos Santos, Portalegre - Portalegre, 11218  
 Carlos Faria, Madeira - Funchal, 3577  
 Carlos Freitas, Braga - Barcelos, 13464  
 Carlos Gomes, Vila Real - Vila Real, 12834  
 Carlos Gonçalves, Leiria - Pombal, 13395  
 Carlos Gonçalves, Lisboa - Loures, 9661  
 Carlos Guinote, Setúbal - Palmela, 575  
 Carlos Honório, Coimbra - Lousã, 10430  
 Carlos Lázaro, Setúbal - Seixal, 533  
 Carlos Liberal, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8699  
 Carlos Matias, Santarém - Entroncamento, 1355  
 Carlos Miguel Fernandes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 6697  
 Carlos Oliveira, Açores - Santa Maria, 13067  
 Carlos Oliveira, Setúbal - Palmela, 9199  
 Carlos Pais, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2628  
 Carlos Patrão, Lisboa - Vila Franca de Xira, 1052  
 Carlos Pereira, Madeira - Funchal, 3566  
 Carlos Santos, Coimbra - Lousã, 6386  
 Carlos Santos, Lisboa - Lisboa, 236  
 Carlos Solposto, Lisboa - Lisboa, 302  
 Carlos Teles, Braga - Braga, 928  
 Carlos Valente, Beja - Serpa, 10705  
 Carlos Veiros, Aveiro - Ovar, 698  
 Carmen Rodrigues, Aveiro - Aveiro, 13025  
 Carmen Trindade, Lisboa - Loures, 11716  
 Carmo Bica, Lisboa - Lisboa, 2784  
 Carmo Marques, Aveiro - Aveiro, 3655  
 Carolina Ferreira, Viseu - Lamego, 13055  
 Casimiro de Oliveira, Porto - Porto, 9999  
 Catarina Agreira, Coimbra - Coimbra, 12533  
 Catarina Alves, Porto - Matosinhos, 11441  
 Catarina Martins, Coimbra - Coimbra, 2822  
 Catarina Oliveira, Lisboa - Lisboa, 6764  
 Catarina Silva, Madeira - Funchal, 13493  
 Cátia Nóvoa, Porto - Porto, 4862  
 Cátia Rato, Portalegre - Portalegre, 12172  
 Cecília Honório, Lisboa - Cascais, 446  
 Celeste Santos, Faro - Vila Real de Santo António, 10577  
 Celestina Sousa, Setúbal - Seixal, 10923  
 Célia Cavalheiro, Leiria - Pombal, 13394  
 Celina Santos, Lisboa - Sintra, 3285  
 Celme Tavaes, Aveiro - Aveiro, 6666  
 César Silva, Porto - Amarante, 1473  
 César Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11666  
 Céu Fazenda, Lisboa - Lisboa, 434  
 Cidália Ramos, Aveiro - São João da Madeira, 6066

- Cipriano Pisco, Setúbal - Montijo, 799  
 Clara Romana Ferreira, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 11261  
 Cláudia Braga, Porto - Vila Nova de Gaia, 13165  
 Cláudia Lamy, Setúbal - Seixal, 11720  
 Cláudia Valente, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 12813  
 Cláudio Torres, Beja - Mértola, 2993  
 Conceição Duarte, Coimbra - Coimbra, 4812  
 Conceição Nogueira, Porto - Porto, 941  
 Conceição Peralta, Lisboa - Lisboa, 6440  
 Conceição Pereira, Madeira - Funchal, 2949  
 Conceição Sereno, Porto - Gondomar, 11822  
 Constança Portela, Porto - Porto, 11555  
 Corália Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 13695  
 Cristian Georgescu, Porto - Porto, 11632  
 Cristina Andrade, Lisboa - Lisboa, 5074  
 Cristina Guedes, Castelo Branco - Cova da Beira, 7962  
 Cristina Herculano, Setúbal - Almada, 10937  
 Cristina Monteiro, Portalegre - Campo Maior, 12441  
 Cristina Semblano, Europa - França, 2809  
 Custódio Alexandre Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 12589  
 Daniel Acácio, Porto - Vila Nova de Gaia, 10125  
 Daniel Baptista, Lisboa - Lisboa, 9791  
 Daniel Bernardino, Setúbal - Barreiro, 5151  
 Daniel Carapau, Lisboa - Lisboa, 2311  
 Daniel Castro Silva, Aveiro - São João da Madeira, 10838  
 Daniel Claro, Lisboa - Azambuja, 1336  
 Daniel Silva, Coimbra - Coimbra, 10837  
 Daniela Gomes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9686  
 Daniela Paour, Leiria - Marinha Grande, 13356  
 Daniela Rosa, Leiria - Marinha Grande, 13475  
 David Argel, Beja - Beja, 1424  
 David Berruenco, Faro - Olhão, 10617  
 David Bizarro, Portalegre - Nisa, 7703  
 David Machado, Lisboa - Odivelas, 10046  
 David Pereira, Setúbal - Barreiro, 12627  
 David Sher, Lisboa - Lisboa, 12002  
 David Vargas, Madeira - Santa Cruz, 6172  
 Delfina Vieira, Porto - Gondomar, 4864  
 Deolinda Martin, Lisboa - Amadora, 3942  
 Diana Azóia, Leiria - Leiria, 13972  
 Diana Pereira, Lisboa - Lisboa, 12573  
 Diana Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13909  
 Diego Garcia, Viseu - Carregal do Sal, 11602  
 Dilan Granjo, Aveiro - Aveiro, 11334  
 Dina de Sá, Santarém - Torres Novas, 13790  
 Dina Nunes, Lisboa - Lisboa, 692  
 Diogo Anastácio de Sousa, Madeira - Funchal, 11767  
 Diogo Barbosa, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 5265  
 Diogo Mendes, Setúbal - Setúbal, 12249  
 Domingos Novais, Porto - Gondomar, 4016  
 Dora Filipa Matos, Porto - Porto, 11633  
 Duarte Barros, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10351  
 Durval Soares, Setúbal - Seixal, 1384  
 Edgar Gonçalves, Porto - Lousada, 13577  
 Edgar Sousa, Setúbal - Seixal, 10950  
 Edite Leal, Setúbal - Setúbal, 13567  
 Eduardo Antunes, Aveiro - Aveiro, 11907  
 Eduardo Couto, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13387  
 Eduardo Magalhães, Porto - Lousada, 12163  
 Eduardo Marques, Viseu - Lamego, 6446  
 Elisa Antunes, Porto - Amarante, 3812  
 Elisabete Carvalho, Porto - Porto, 12396  
 Elisabete Lopes, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10576  
 Elísio Silva, Aveiro - Espinho, 1711  
 Elsa Santos, Coimbra - Coimbra, 5398  
 Elsa Silva, Porto - Porto, 11023  
 Elvira Silva, Faro - Portimão, 12448  
 Ernesto Costa, Coimbra - Coimbra, 2821  
 Ernesto Magalhães, Porto - Matosinhos, 4060  
 Esmeralda Mateus, Porto - Porto, 1252  
 Esmeralda Melo, Aveiro - Aveiro, 10881  
 Eulália Bendito, Açores - Terceira, 386  
 Eunice Sequeira, Faro - Faro, 13049  
 Eva Braga, Aveiro - São João da Madeira, 105  
 Eva Coelho, Porto - Penafiel, 10108  
 Eva Cosme, Porto - Lousada, 13578  
 Ezequiel Ferreira, Setúbal - Setúbal, 670  
 Fabian Figueiredo, Lisboa - Loures, 5232  
 Fábio Almeida, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13838  
 Fábio André Capinha, Porto - Gondomar, 11695  
 Fábio Salgado, Lisboa - Lisboa, 4510  
 Fabrice Schurmans, Coimbra - Coimbra, 5105  
 Fatima Barata, Setúbal - Seixal, 754  
 Fátima Gomes, Madeira - Funchal, 13112  
 Fátima Ramos, Aveiro - Mealhada, 13283  
 Fatima Teixeira, Beja - Odemira, 13626  
 Feliciano Mota, Setúbal - Sesimbra, 4612  
 Fernanda Pinto, Beja - Odemira, 13365  
 Fernanda Salgado, Porto - Porto, 12333  
 Fernando Almeida, Setúbal - Almada, 11924  
 Fernando Barbosa, Porto - Valongo, 7105  
 Fernando Figueira, Lisboa - Sintra, 1106  
 Fernando João, Lisboa - Lisboa, 1448  
 Fernando Lacerda, Porto - Vila Nova de Gaia, 356  
 Fernando Macedo, Porto - Vila Nova de Gaia, 9148  
 Fernando Neves, Lisboa - Sintra, 3082  
 Fernando Pinho, Setúbal - Setúbal, 842  
 Fernando Rosas, Setúbal - Setúbal, 657



Fernando Santos, Braga - Guimarães, 4555  
 Fernando Sarmiento, Bragança - Mirandela, 8574  
 Filipa Almeida, Vila Real - Vila Real, 13759  
 Filipa Gonçalves, Lisboa - Lisboa, 3541  
 Filipa Lopes, Setúbal - Barreiro, 12626  
 Filipa Rebelo, Faro - Lagoa, 10993  
 Filipa Vieira, Aveiro - Aveiro, 13022  
 Filipe Lopes, Setúbal - Barreiro, 12623  
 Filipe Meireles, Porto - Lousada, 13170  
 Filipe Oliveira, Porto - Vila Nova de Gaia, 8983  
 Filipe Santos, Beja - Almodôvar, 8312  
 Filipe Serra, Coimbra - Lousã, 12604  
 Firmino Amendoeira, Lisboa - Azambuja, 5475  
 Flora Silva, Lisboa - Sintra, 2754  
 Francisca Jardim, Madeira - Santa Cruz, 13114  
 Francisco Alves, Setúbal - Barreiro, 1107  
 Francisco Colaço, Santarém - Cartaxo, 390  
 Francisco Cordeiro, Santarém - Santarém, 7658  
 Francisco Fernandes, Lisboa - Vila Franca de Xira, 2499  
 Francisco Filipe, Portalegre - Ponte de Sor, 10494  
 Francisco José, Porto - Maia, 4052  
 Francisco Louçã, Lisboa - Lisboa, 1684  
 Francisco Marques Vidal, Aveiro - Águeda, 13372  
 Francisco Matos, Leiria - Caldas da Rainha, 10621  
 Francisco Morais, Setúbal - Seixal, 9122  
 Francisco Morato, Lisboa - Oeiras, 13769  
 Francisco Oliveira, Coimbra - Coimbra, 3987  
 Francisco Pascoal, Santarém - Rio Maior, 12538  
 Francisco Silva, Setúbal - Seixal, 11108  
 Francisco Tomás, Setúbal - Seixal, 755  
 Frédéric Bogaerts, Viseu - Carregal do Sal, 13004  
 Gil Fesch, Porto - Porto, 11614  
 Gil Gonçalves, Bragança - Bragança, 10946  
 Gilberto Nifrário, Setúbal - Sesimbra, 4301  
 Gina Mateus, Beja - Beja, 8781  
 Gisela Martins, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 8593  
 Goncalo Belo Loureiro, Lisboa - Mafra, 13468  
 Gonçalo Cabral Ferreira, Porto - Matosinhos, 8568  
 Gonçalo Ferrão, Lisboa - Torres Vedras, 9656  
 Gonçalo Gonçalves, Aveiro - Aveiro, 10004  
 Gonçalo Pato, Aveiro - Aveiro, 13591  
 Gonçalo Pessa, Leiria - Pombal, 8545  
 Graça Lucena, Porto - Porto, 6586  
 Graciano Leitão, Évora - Évora, 13817  
 Gualter Costa, Porto - Trofa, 8988  
 Guida Ascensão, Beja - Serpa, 795  
 Guida Parra, Santarém - Torres Novas, 13804  
 Guilherme Amaro, Aveiro - Aveiro, 11875  
 Guilherme Monteiro, Guarda - Guarda, 13770  
 Guilherme Parreira, Açores - Terceira, 12792  
 Gustavo Behr, Lisboa - Lisboa, 4574  
 Haldane Amaro, Setúbal - Seixal, 9123  
 Heitor Carvalho da Silva, Aveiro - São João da Madeira, 2556  
 Heitor de Sousa, Leiria - Leiria, 664  
 Heitor Nereu, Santarém - Torres Novas, 10540  
 Helder Fileno, Porto - Vila Nova de Gaia, 13452  
 Helder Mota, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11281  
 Helena Amaral, Lisboa - Lisboa, 611  
 Helena Dias Loureiro, Coimbra - Coimbra, 9426  
 Helena Martins, Porto - Santo Tirso, 13600  
 Helena Oliveira, Aveiro - São João da Madeira, 4557  
 Helena Órfão, Braga - Braga, 924  
 Helena Pinto, Santarém - Torres Novas, 659  
 Helga Calçada, Porto - Porto, 12776  
 Henrique Leal, Santarém - Entroncamento, 1350  
 Henrique Soares, Lisboa - Lisboa, 12731  
 Hermógenes Ribeiro, Évora - Évora, 9332  
 Hernâni Carmo, Lisboa - Lisboa, 12344  
 Hernâni Pereira, Lisboa - Lisboa, 4079  
 Hilário Martins, Braga - Vieira do Minho, 2703  
 Homero Parente, Santarém - Torres Novas, 4981  
 Honório Marques, Faro - Faro, 11475  
 Hugo Arsénio Pereira, Setúbal - Seixal, 12086  
 Hugo Cunha, Aveiro - Aveiro, 13733  
 Hugo Evangelista, Lisboa - Lisboa, 3424  
 Hugo Lemos, Setúbal - Almada, 10920  
 Hugo Monteiro, Porto - Porto, 10717  
 Hugo Parreira, Lisboa - Lisboa, 11143  
 Hugo Raimundo, Lisboa - Amadora, 12032  
 Hugo Sampaio, Braga - Vila Nova de Famalicão, 10470  
 Hugo Seixas, Aveiro - São João da Madeira, 12358  
 Hugo Silva, Porto - Amarante, 1471  
 Hugo Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4686  
 Hugo Xavier, Setúbal - Almada, 12727  
 Humberto Andrade, Lisboa - Lisboa, 1034  
 Humberto Silveira, Lisboa - Lisboa, 4094  
 Idalécio Soares, Faro - Olhão, 9563  
 Igor Gago, Faro - Olhão, 13748  
 Inês Costa, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12515  
 Inês Monteiro, Beja - Beja, 9792  
 Inês Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13240  
 Inês Ribeiro, Lisboa - Cascais, 9412  
 Inês Santos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13913  
 Inês Tavares, Lisboa - Lisboa, 9721  
 Irina Pampim, Lisboa - Amadora, 8869  
 Isabel Alves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13720  
 Isabel Pires, Lisboa - Lisboa, 6734



- Isaque Palmas, Porto - Porto, 6990  
Isidro Soares, Porto - Porto, 358  
Ismael Varandas, Aveiro - Ovar, 9725  
Ivete Estevão, Faro - Olhão, 8874  
Ivo Barros, Porto - Penafiel, 9043  
Ivo Conceição, Faro - Olhão, 13621  
Izaura Solipa, Santarém - Benavente, 11048  
J.Luís Pissarro, Lisboa - Cascais, 1053  
Jacqueline Marques, Aveiro - Estarreja, 12377  
Jaime Mestre, Setúbal - Palmela, 831  
Jaime Pinho, Setúbal - Setúbal, 671  
Jaime Santiago, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 11262  
Jaime Valentim, Aveiro - Ílhavo, 12153  
Jerónimo Dias, Aveiro - Aveiro, 10561  
Jéssica Costa Tavares, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12649  
Joana Caetano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8947  
Joana Filipe, Leiria - Caldas da Rainha, 11938  
Joana Filipe, Lisboa - Lisboa, 9906  
Joana Grilo, Lisboa - Lisboa, 5360  
Joana Louçã, Lisboa - Lisboa, 1374  
Joana Marques, Aveiro - Aveiro, 13388  
Joana Mortágua, Setúbal - Almada, 3772  
Joana Pires, Lisboa - Lisboa, 11465  
Joana Ramos, Porto - Gondomar, 12214  
Joana Resende, Porto - Valongo, 13089  
Joana Ricarte, Coimbra - Coimbra, 11472  
Joana Saraiva, Leiria - Marinha Grande, 2883  
João Afonso, Setúbal - Santiago do Cacém, 519  
João Almeida, Aveiro - Ovar, 699  
João Bárbara, Faro - Portimão, 13605  
João Bau, Lisboa - Lisboa, 4658  
João Brandão, Aveiro - Aveiro, 11878  
João Camargo, Lisboa - Lisboa, 9236  
João Carlos Coelho, Aveiro - Aveiro, 11915  
João Carvalho, Lisboa - Lisboa, 4236  
João Carvalho, Porto - Amarante, 10875  
João Carvão, Setúbal - Seixal, 1385  
João Cordeiro, Porto - Porto, 5622  
João Curvêlo, Lisboa - Odivelas, 5267  
João Daniel Martins, Braga - Vizela, 9597  
João Faria, Portalegre - Campo Maior, 7704  
João Fernandes, Lisboa - Vila Franca de Xira, 7782  
João Ferro, Évora - Estremoz, 1280  
João Figueira, Aveiro - Aveiro, 10182  
João Gomes, Lisboa - Lisboa, 11341  
João Gomes, Braga - Vizela, 9617  
João Guerreiro, Braga - Braga, 13146  
João Madeira, Aveiro - Aveiro, 12648  
João Maria Caetano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10352  
João Marques, Leiria - Marinha Grande, 11656  
João Marques, Lisboa - Odivelas, 8353  
João Martins, Aveiro - Aveiro, 10037  
João Matos, Setúbal - Almada, 8784  
João Meneses Costa, Madeira - Funchal, 3802  
João Mineiro, Lisboa - Lisboa, 6566  
João Moniz, Aveiro - Aveiro, 11411  
João Negrão, Braga - Barcelos, 1885  
João Neves, Lisboa - Lisboa, 11405  
João Nóbrega, Setúbal - Sesimbra, 13330  
João Oliveira, Braga - Vieira do Minho, 917  
João Oliveira, Faro - Loulé, 13340  
João Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13241  
João Pedro Martins, Porto - Vila Nova de Gaia, 12136  
João Pedro Silva, Porto - Gondomar, 7994  
João Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 2020  
João Pinho, Lisboa - Lisboa, 2343  
João Rodrigues, Lisboa - Torres Vedras, 866  
João Rodrigues, Braga - Braga, 12930  
João Santos, Aveiro - Ovar, 10253  
João Semedo, Porto - Porto, 4638  
João Silva, Lisboa - Sintra, 2747  
João Silva, Setúbal - Almada, 12717  
João Silva, Setúbal - Seixal, 4110  
João Teixeira, Faro - Lagoa, 9453  
João Teixeira Lopes, Porto - Porto, 2168  
João Vale, Porto - Porto, 6877  
João Varela, Portalegre - Portalegre, 11072  
João Vasconcelos, Faro - Portimão, 1508  
João Vendas, Évora - Estremoz, 6331  
Joaquim Calado, Lisboa - Lisboa, 11035  
Joaquim Dias, Aveiro - Santa Maria da Feira, 640  
Joaquim Espírito Santo, Porto - Gondomar, 2627  
Joaquim Gomes, Faro - Faro, 11968  
Joaquim Lima, Porto - Matosinhos, 321  
Joaquim Machado, Setúbal - Seixal, 1775  
Joaquim Marques, Aveiro - Aveiro, 10216  
Joaquim Matias, Açores - São Miguel, 2104  
Joaquim Moreira, Porto - Gondomar, 320  
Joaquim piló, Setúbal - Seixal, 2930  
Joaquim Rodrigues, Portalegre - Campo Maior, 10663  
Joaquim Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 9420  
Joaquim Silva, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2609  
Joaquina Guimarães, Braga - Guimarães, 9720  
Joaquina Lourenço, Faro - Portimão, 9138  
Joel Lopes, Setúbal - Almada, 2350  
Joel Oliveira, Porto - Porto, 1238  
Jóni Ledo, Bragança - Vila Flôr, 6718





- Jony do Mar, Faro - Albufeira, 12790  
 Jorge Afonso, Aveiro - Aveiro, 102  
 Jorge Costa, Lisboa - Loures, 635  
 Jorge Lourenço, Porto - Porto, 1240  
 Jorge Magalhães, Porto - Porto, 4458  
 Jorge Manuel Ferreira Mendes, Lisboa - Oeiras, 6688  
 Jorge Martins, Coimbra - Coimbra, 11764  
 Jorge Paiva, Porto - Porto, 7182  
 Jorge Pereira, Porto - Matosinhos, 343  
 Jorge Pinto, Setúbal - Almada, 11452  
 Jorge Ramos, Faro - Lagoa, 8646  
 Jorge Ribeiro, Leiria - Nazaré, 12598  
 Jorge Santos, Porto - Matosinhos, 10796  
 Jorge Silva, Lisboa - Sintra, 1103  
 Jorge Silva, Porto - Porto, 9733  
 Jorge Silva, Setúbal - Seixal, 4147  
 Jorge Sousa, Porto - Matosinhos, 1239  
 Jorge Vilela, Braga - Braga, 9736  
 José Alberto Antunes, Santarém - Torres Novas, 13803  
 José Alberto Ferreira, Braga - Vieira do Minho, 13982  
 José Augusto Pinto, Porto - Gondomar, 6932  
 José Barros, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13705  
 José Barroso, Leiria - Caldas da Rainha, 13606  
 José Bastos, Lisboa - Lisboa, 5958  
 José Boavida, Lisboa - Lisboa, 604  
 José Carneira, Leiria - Leiria, 413  
 José Carlos Cunha, Porto - Amarante, 1469  
 José Carlos Rodrigues, Braga - Vieira do Minho, 1307  
 José Carreira, Açores - São Miguel, 2758  
 José Casimiro, Lisboa - Lisboa, 660  
 José Cerveira, Aveiro - Mealhada, 13276  
 José Dias, Braga - Braga, 5726  
 José Dias, Faro - Portimão, 1507  
 José Ernesto Oliveira, Aveiro - Aveiro, 13065  
 José Ferreira, Porto - Matosinhos, 2585  
 José Ferreira, Leiria - Caldas da Rainha, 13782  
 José Ferreira dos Santos, Porto - Matosinhos, 646  
 José Figueiredo, Braga - Barcelos, 10823  
 José Filipe Almeida Martins, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4679  
 José Franco, Lisboa - Loures, 5501  
 José Gaspar, Portalegre - Portalegre, 11215  
 José Gusmão, Lisboa - Lisboa, 3283  
 José Jesus, Aveiro - Santa Maria da Feira, 8112  
 José João Machado, Évora - Évora, 10596  
 José Lucas, Coimbra - Coimbra, 4808  
 José Luís Castro, Aveiro - Aveiro, 13277  
 José Luís Coimbra, Évora - Évora, 8350  
 José Luis Monteiro, Portalegre - Campo Maior, 12171  
 José Machado Castro, Porto - Porto, 333  
 José Maia, Porto - Vila do Conde, 13703  
 José Manuel Pureza, Coimbra - Coimbra, 406  
 José Manuel Reis, Coimbra - Coimbra, 3691  
 José Manuel Valente, Lisboa - Odivelas, 7289  
 José Mário Cruz, Aveiro - Aveiro, 13285  
 José Miranda, Porto - Porto, 5076  
 José Monteiro, Portalegre - Alter do Chão, 12856  
 José Moura, Santarém - Salvaterra de Magos, 13320  
 José Palhares Falcão, Lisboa - Odivelas, 653  
 José Pedras, Braga - Braga, 10774  
 José Peixoto, Leiria - Leiria, 414  
 José Pinto, Aveiro - Espinho, 4176  
 José Pinto, Braga - Braga, 915  
 José Pinto, Évora - Évora, 10813  
 José Pires, Lisboa - Loures, 10361  
 José Porfírio, Faro - Portimão, 11588  
 José Ribeiro, Aveiro - Estarreja, 12748  
 José Ribero, Portalegre - Ponte de Sor, 13704  
 José Rocha, Setúbal - Almada, 4994  
 José Ruivo, Aveiro - Espinho, 13046  
 José Salgueiro, Lisboa - Loures, 3218  
 José Sande, Portalegre - Campo Maior, 13272  
 José Santos, Porto - Gondomar, 11730  
 José Santos, Setúbal - Setúbal, 13568  
 José Soares, Portalegre - Campo Maior, 10357  
 José Soeiro, Porto - Porto, 948  
 José Timóteo, Leiria - Leiria, 12060  
 Júlia Correia, Coimbra - Lousã, 4770  
 Júlia Cruz, Porto - Porto, 5690  
 Júlia Garraio, Coimbra - Coimbra, 5104  
 Júlia Silva, Aveiro - Aveiro, 13832  
 Juliana Camacho, Madeira - Câmara de Lobos, 13480  
 Julieta Rocha, Setúbal - Almada, 1191  
 Karim Quintino, Setúbal - Almada, 11774  
 Kazi Uddin, Setúbal - Almada, 12488  
 Kevin Tavares, Aveiro - Ílhavo, 8187  
 Laura Dias, Braga - Braga, 5727  
 Laura Diogo, Lisboa - Lisboa, 9191  
 Leonel Castro, Braga - Fafe, 8322  
 Leonel Pereira, Santarém - Torres Novas, 13787  
 Leonor Costa, Lisboa - Lisboa, 5673  
 Leonor Rosas, Lisboa - Lisboa, 13980  
 Leopoldina Manteigas, Leiria - Peniche, 7378  
 Lídia do Vale Costa, Porto - Porto, 1245  
 Lígia Patrícia, Aveiro - São João da Madeira, 11788  
 Liliana Resende, Aveiro - Ovar, 13370  
 Lúcia Arruda, Açores - São Miguel, 3863  
 Lúcia Cunha, Vila Real - Chaves, 13763



- Luís Branco, Lisboa - Lisboa, 239  
Luis Cabrita, Faro - Faro, 13594  
Luís Carlos Brum, Açores - São Miguel, 3864  
Luís Casinhas, Faro - Lagos, 10300  
Luís Castro, Lisboa - Cascais, 1713  
Luis Cortesão, Coimbra - Coimbra, 2981  
Luis Costa, Faro - Faro, 4022  
Luís Costa, Lisboa - Amadora, 8295  
Luís Fazenda, Lisboa - Lisboa, 1685  
Luís Filipe Caras Altas, Setúbal - Almada, 4012  
Luis Govern, Setúbal - Barreiro, 11707  
Luis Gomes, Santarém - Salvaterra de Magos, 1501  
Luís Grácio, Santarém - Entroncamento, 4320  
Luís Grilo, Aveiro - Águeda, 11860  
Luis Leiria, Lisboa - Lisboa, 993  
Luís Martins, Porto - Matosinhos, 7662  
Luis Monteiro, Porto - Vila Nova de Gaia, 6793  
Luís Moreira, Lisboa - Lisboa, 11362  
Luís Mota, Portalegre - Ponte de Sor, 9061  
Luís Nascimento, Setúbal - Sesimbra, 10085  
Luís Oliveira, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 11222  
Luís Oliveira, Aveiro - Ílhavo, 7299  
Luís Pereira, Setúbal - Almada, 543  
Luís Pinto Cardoso, Açores - São Miguel, 11244  
Luís Queiroz, Porto - Marco de Canaveses, 12951  
Luís Ramos, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11856  
Luís Sá, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4314  
Luís Salgado, Lisboa - Cascais, 9790  
Luís Santos, Braga - Barcelos, 1312  
Luís Santos, Porto - Valongo, 332  
Luís Silva, Porto - Matosinhos, 945  
Luís Silva, Santarém - Salvaterra de Magos, 11126  
Luís Silva, Porto - Vila Nova de Gaia, 4879  
Luís Vale, Bragança - Vinhais, 3823  
Luís Xavier, Porto - Matosinhos, 9565  
Luísa Teixeira, Setúbal - Seixal, 750  
Lurdes Gomes, Porto - Vila Nova de Gaia, 9844  
M. Araújo Jesus Pereira, Porto - Matosinhos, 167  
Mafalda Escada, Lisboa - Lisboa, 10517  
Mafalda Pedreira, Leiria - Caldas da Rainha, 10550  
Mafalda Silva, Aveiro - Aveiro, 13806  
Manuel Azenha Pereira, Leiria - Leiria, 7643  
Manuel Brandão, Leiria - Caldas da Rainha, 13997  
Manuel Canelas, Leiria - Alcobaça, 12958  
Manuel Carlos Silva, Braga - Braga, 12121  
Manuel Coelho, Viseu - Tarouca, 11659  
Manuel Ferreira, Viseu - Carregal do Sal, 13003  
Manuel Gago, Lisboa - Loures, 667  
Manuel Grilo, Lisboa - Lisboa, 649  
Manuel Magalhães, Leiria - Caldas da Rainha, 12520  
Manuel Maneira, Lisboa - Sintra, 432  
Manuel Mileu, Portalegre - Sousel, 13674  
Manuel Perfeito, Porto - Gondomar, 317  
Manuel Pimenta, Porto - Maia, 10509  
Manuel Rocha, Aveiro - Santa Maria da Feira, 6815  
Manuel Rosado, Portalegre - Sousel, 13675  
Manuel Sousa, Leiria - Óbidos, 13781  
Manuela Goes, Faro - Lagos, 3437  
Manuela Gonçalves, Braga - Braga, 12215  
Manuela Pereira, Leiria - Leiria, 8203  
Manuela Tavares, Setúbal - Almada, 845  
Marcelino Nogueira, Porto - Gondomar, 7594  
Márcia Santana, Setúbal - Setúbal, 12077  
Marco Bastos, Porto - Felgueiras, 11517  
Marco Domingues, Leiria - Marinha Grande, 13473  
Marco Geração, Santarém - Entroncamento, 5580  
Marco Gomes, Braga - Braga, 5728  
Marco Marques, Lisboa - Lisboa, 5160  
Marco Mendes, Porto - Lousada, 13186  
Marco Mendonça, Bragança - Bragança, 122  
Marco Pereira, Faro - Portimão, 9360  
Marco Pinheiro, Aveiro - Aveiro, 11460  
Marcolino Pereira, Madeira - Funchal, 13021  
Margarida Godinho, Portalegre - Alter do Chão, 13343  
Margarida Ribeiro, Porto - Porto, 373  
Margarida Rolo, Braga - Cabeceiras de Basto, 11687  
Margarida Vilela, Porto - Matosinhos, 5691  
Maria Adélia Valentim, Aveiro - Ílhavo, 12154  
Maria Bastos, Aveiro - Aveiro, 11357  
Maria Candeias, Setúbal - Almada, 12290  
Maria Clara Cruz, Porto - Porto, 5689  
Maria Cunha, Setúbal - Almada, 11078  
Maria da Conceição Oliveira, Aveiro - São João da Madeira, 5877  
Maria da Conceição Santos, Braga - Barcelos, 1309  
Maria da Graça Marques Pinto, Viseu - Viseu, 2786  
Maria de Fátima Silva, Braga - Braga, 5733  
Maria do Céu Maia, Porto - Maia, 5533  
Maria do Rosário Amaral, Setúbal - Setúbal, 9672  
Maria Feliciano Coelho, Faro - Faro, 13595  
Maria Fernandes, Lisboa - Odivelas, 11898  
Maria Francisca Serrão, Setúbal - Barreiro, 12628  
Maria Freire, Santarém - Salvaterra de Magos, 13314  
Maria Frio, Portalegre - Ponte de Sor, 8066  
Maria Gil, Porto - Lousada, 13092  
Maria Gomes, Braga - Braga, 5730  
Maria Helena Figueiredo, Évora - Évora, 10812  
Maria Helena Figueiredo, Lisboa - Lisboa, 3736



Maria Isabel Gonçalves, Braga - Braga, 7609  
 Maria Isabel Martins, Braga - Barcelos, 2997  
 Maria Isabel Ribeiro, Aveiro - Mealhada, 13829  
 Maria Isabel Roque, Lisboa - Oeiras, 5042  
 Maria João Rodrigues, Porto - Vila Nova de Gaia, 4265  
 Maria João Silva, Portalegre - Campo Maior, 13773  
 Maria José Cravinho, Lisboa - Lisboa, 12572  
 Maria José Ganhão, Setúbal - Moita, 2222  
 Maria José Pinheiro, Portalegre - Portalegre, 11560  
 Maria José Vitorino, Lisboa - Vila Franca de Xira, 612  
 Maria Lacerda, Setúbal - Almada, 10915  
 Maria Lebreiro, Porto - Gondomar, 11484  
 Maria Lemos, Setúbal - Almada, 4927  
 Maria Luís Burstoff, Leiria - Pombal, 1778  
 Maria Luísa Bruges, Madeira - Santa Cruz, 13494  
 Maria Luísa Cabral, Lisboa - Lisboa, 9516  
 Maria Manuel Rola, Porto - Porto, 9880  
 Maria Manuela Henriques, Aveiro - Aveiro, 13488  
 Maria Marcelino, Faro - Faro, 12785  
 Maria Melo, Leiria - Caldas da Rainha, 13682  
 Maria Mendes, Braga - Braga, 12283  
 Maria Mercedes Reis, Aveiro - Aveiro, 9348  
 Maria Nunes, Lisboa - Amadora, 451  
 Maria Paula Monteiro, Portalegre - Alter do Chão, 12802  
 Maria Rodrigues, Porto - Matosinhos, 595  
 Maria Rosa Dias, Faro - Portimão, 10391  
 Maria Santos, Setúbal - Almada, 12489  
 Maria Santos, Braga - Barcelos, 1310  
 Maria Silva, Setúbal - Seixal, 4776  
 Maria Ventura, Lisboa - Lisboa, 7705  
 Maria Vicência Sande, Portalegre - Campo Maior, 13271  
 Maria Vieira, Porto - Porto, 13701  
 Mariana Aiveca, Setúbal - Palmela, 241  
 Mariana Carneiro, Lisboa - Lisboa, 1644  
 Mariana Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13836  
 Mariana Garrido, Coimbra - Coimbra, 12097  
 Mariana Gomes, Lisboa - Lisboa, 10023  
 Mariana Mortágua, Lisboa - Lisboa, 6687  
 Mariana Olho Azul, Lisboa - Amadora, 12554  
 Mariette Martinho, Faro - Loulé, 8449  
 Marilu santana, Faro - Portimão, 12110  
 Marina Romana, Porto - Gondomar, 13017  
 Mário Amorim, Porto - Vila Nova de Gaia, 1747  
 Mário Bonito, Lisboa - Lisboa, 634  
 Mário Costa, Braga - Barcelos, 8767  
 Mário Família, Setúbal - Almada, 13308  
 Mário Moniz, Açores - Faial, 3797  
 Mário Moutinho, Porto - Porto, 11159  
 Mário Tomé, Lisboa - Lisboa, 3761  
 Marisa Caetano, Santarém - Torres Novas, 13324  
 Marlene Pereira, Porto - Lousada, 13169  
 Marlene Santos, Porto - Gondomar, 12084  
 Marlisa Furtado, Açores - Terceira, 13182  
 Marta Giesta, Porto - Gondomar, 9884  
 Marta Graça, Aveiro - Aveiro, 4643  
 Marta Marques, Madeira - Funchal, 13483  
 Marta Neves, Aveiro - Mealhada, 13282  
 Martina Ribeiro, Aveiro - Aveiro, 13831  
 Mary Rosas, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10636  
 Massimo Borioni, Setúbal - Setúbal, 12616  
 Miguel Barroso, Leiria - Caldas da Rainha, 13694  
 Miguel Bordalo, Lisboa - Lisboa, 11813  
 Miguel Cardina, Coimbra - Coimbra, 7151  
 Miguel Cardoso, Viseu - Viseu, 8662  
 Miguel Gonçalves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13837  
 Miguel Neto, Viseu - Viseu, 12435  
 Miguel Oliveira, Lisboa - Cascais, 7890  
 Miguel Pereira, Leiria - Leiria, 13971  
 Miguel Pinheiro, Faro - Albufeira, 10360  
 Miguel Pinto, Lisboa - Oeiras, 448  
 Miguel Rodrigues, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4681  
 Miguel van der Garde, Setúbal - Seixal, 13571  
 Miriam Cabo, Vila Real - Vila Real, 13758  
 Moisés Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 2860  
 Mónica Costa, Santarém - Torres Novas, 13788  
 Mónica Neto, Faro - Olhão, 9697  
 Natércia Coimbra, Coimbra - Coimbra, 644  
 Nazaré Nóvoa, Porto - Porto, 5624  
 Nelson Arraiolos, Leiria - Caldas da Rainha, 11005  
 Nelson Calheiros, Lisboa - Cascais, 12392  
 Nelson Campos, Santarém - Torres Novas, 4144  
 Nelson Marques, Leiria - Caldas da Rainha, 12874  
 Nelson Peralta, Aveiro - Aveiro, 1664  
 Noel Rubio, Aveiro - Albergaria-a-Velha, 13911  
 Nuno Antunes, Lisboa - Amadora, 2562  
 Nuno Canha, Portalegre - Ponte de Sor, 9675  
 Nuno Caterna, Porto - Gondomar, 5627  
 Nuno Costa, Lisboa - Odivelas, 9260  
 Nuno Cruz, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13719  
 Nuno Freitas, Porto - Amarante, 9091  
 Nuno Fugas, Leiria - Leiria, 13741  
 Nuno Machado, Leiria - Leiria, 6886  
 Nuno Monteiro, Santarém - Salvaterra de Magos, 11127  
 Nuno Monteiro, Porto - Valongo, 6969  
 Nuno Pedrosa, Europa - Bélgica, 10488  
 Nuno Pinto, Faro - Lagos, 7671  
 Nuno Pinto, Castelo Branco - Cova da Beira, 13029  
 Nuno Riobom dos Santos, Aveiro - Santa Maria da Feira,

- 13686  
Nuno Serrano, Aveiro - Santa Maria da Feira, 5234  
Nuno Silva, Europa - França, 10867  
Nuno Veludo, Lisboa - Lisboa, 12574  
Nuno Viana, Faro - Faro, 5028  
Olavo Almada, Madeira - Funchal, 10927  
Olga Johannsen, Lisboa - Lisboa, 11293  
Orlando Guerreiro, Açores - Terceira, 12723  
Osvaldo Oyaneder, Lisboa - Odivelas, 10053  
Patrícia Barreira, Lisboa - Lisboa, 9959  
Patrícia Coutinho, Viseu - São Pedro do Sul, 3142  
Patrícia Guimarães, Aveiro - Aveiro, 13286  
Patrícia Martins, Porto - Porto, 12622  
Patrícia Medeiros, Açores - São Miguel, 12156  
Patrícia Monteiro, Porto - Porto, 12749  
Patrícia Moreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 9634  
Patrícia Prata, Lisboa - Lisboa, 9375  
Patrícia Silva, Aveiro - Aveiro, 12300  
Paula Andrade, Porto - Matosinhos, 12456  
Paula Cabrita, Lisboa - Loures, 11050  
Paula Filipa Silva, Porto - Gondomar, 6188  
Paula Pereira, Lisboa - Cascais, 4233  
Paula Sequeiros, Porto - Porto, 194  
Paula Serafina Santos, Porto - Amarante, 1463  
Paula Serralha, Setúbal - Barreiro, 13470  
Paula Soares, Setúbal - Barreiro, 12865  
Paula Teixeira, Lisboa - Loures, 12438  
Paula Valentim, Porto - Vila Nova de Gaia, 9529  
Paulete Matos, Lisboa - Lisboa, 605  
Paulino Ascensão, Madeira - Funchal, 10926  
Paulo Alves, Aveiro - São João da Madeira, 4839  
Paulo Anjos, Coimbra - Coimbra, 1147  
Paulo Cardoso, Portalegre - Portalegre, 2598  
Paulo Costa, Leiria - Caldas da Rainha, 13696  
Paulo Fontes, Açores - São Jorge, 12966  
Paulo Gonçalves, Lisboa - Odivelas, 8135  
Paulo Jesus, Lisboa - Sintra, 1453  
Paulo Jorge Velho dos Santos Freitas, Leiria - Caldas da Rainha, 9103  
Paulo Jorge Vieira, Lisboa - Lisboa, 1163  
Paulo Mendes, Açores - Terceira, 4189  
Paulo Mendes, Lisboa - Odivelas, 7053  
Paulo Mourão, Lisboa - Sintra, 3807  
Paulo Oliveira, Aveiro - Oliveira de Azeméis, 11151  
Paulo Oliveira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4833  
Paulo Oliveira, Faro - Portimão, 3912  
Paulo Oliveira, Porto - Santo Tirso, 7969  
Paulo Renato Oliveira, Aveiro - Aveiro, 10212  
Paulo Ricardo, Porto - Porto, 2055  
Paulo Rodrigues, Lisboa - Loures, 12338  
Paulo Sanona, Açores - Santa Maria, 7870  
Paulo Silva, Aveiro - Ovar, 13374  
Paulo Silva, Braga - Póvoa de Lanhoso, 13667  
Paulo Silva, Faro - Portimão, 9782  
Paulo Silva, Porto - Porto, 11022  
Paulo Sousa, Lisboa - Odivelas, 5362  
Pedro Alves, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10062  
Pedro Amaral, Açores - Santa Maria, 13254  
Pedro Carreira, Porto - Porto, 9837  
Pedro Carvalho, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12036  
Pedro Castela, Aveiro - Mealhada, 12150  
Pedro Correia, Porto - Vila Nova de Gaia, 12595  
Pedro Dias, Porto - Porto, 12994  
Pedro Faria, Porto - Porto, 11624  
Pedro Ferreira, Braga - Braga, 11888  
Pedro Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13688  
Pedro Gonçalves, Beja - Odemira, 9777  
Pedro Grave, Santarém - Abrantes, 3775  
Pedro Isidro Soares, Porto - Porto, 173  
Pedro Loução, Lisboa - Odivelas, 13974  
Pedro Lourenço, Porto - Porto, 9666  
Pedro Mesquita, Castelo Branco - Cova da Beira, 13405  
Pedro Mota, Faro - Portimão, 4152  
Pedro Pisco, Lisboa - Torres Vedras, 7807  
Pedro Ramajal, Porto - Porto, 174  
Pedro Ramos, Lisboa - Mafra, 3514  
Pedro Reis, Setúbal - Almada, 2810  
Pedro Rodrigues, Coimbra - Coimbra, 5396  
Pedro Silva, Lisboa - Cascais, 11806  
Pedro Soares, Braga - Braga, 108  
Pedro Tavares, Aveiro - Ílhavo, 12159  
Pedro Vilão, Setúbal - Almada, 12213  
Rafael Boulair, Porto - Porto, 10214  
Rafael Costa, Beja - Mértola, 13266  
Raquel Azevedo, Braga - Vila Nova de Famalicão, 12307  
Raquel Bagulho, Lisboa - Lisboa, 5059  
Raquel Correia, Lisboa - Odivelas, 11271  
Raquel Maia, Aveiro - Santa Maria da Feira, 4558  
Raquel Pereira, Açores - São Miguel, 11101  
Raquel Rego, Açores - São Miguel, 12363  
Raquel Teixeira, Bragança - Vila Flôr, 13711  
Raquel Valentim, Aveiro - Ílhavo, 11463  
Raquel Wilson, Aveiro - Aveiro, 13096  
Renato Inácio, Setúbal - Almada, 12566  
Renato Silva, Braga - Braga, 7122  
Renato Soeiro, Porto - Vila Nova de Gaia, 2620  
Ricardo Azevedo, Setúbal - Almada, 12716  
Ricardo Cerqueira, Braga - Braga, 9804



- Ricardo Filipe, Évora - Évora, 10266  
 Ricardo Furtado, Açores - Faial, 8732  
 Ricardo Gonçalves, Lisboa - Lisboa, 4282  
 Ricardo Gouveia, Lisboa - Amadora, 9357  
 Ricardo Lafuente, Porto - Porto, 2011  
 Ricardo Martins, Coimbra - Coimbra, 13734  
 Ricardo Martins, Aveiro - Arouca, 13690  
 Ricardo Moreira, Lisboa - Lisboa, 4622  
 Ricardo Peça Carvalheiro, Aveiro - Aveiro, 10350  
 Ricardo Pinheiro, Braga - Guimarães, 4616  
 Ricardo Robles, Lisboa - Lisboa, 2005  
 Ricardo Salabert, Porto - Porto, 1961  
 Ricardo Vicente, Leiria - Caldas da Rainha, 6574  
 Rita Alves, Aveiro - Águeda, 12134  
 Rita Baptista, Aveiro - Aveiro, 10219  
 Rita Calvário, Lisboa - Lisboa, 469  
 Rita Gorgulho, Lisboa - Lisboa, 5361  
 Rita Oliveira, Bragança - Vila Flôr, 13337  
 Rita Sarrico, Lisboa - Loures, 11369  
 Roberto Almada, Madeira - Funchal, 3579  
 Roberto Barata, Santarém - Torres Novas, 12929  
 Roberto Sousa, Leiria - Leiria, 5057  
 Roberto Tavares, Lisboa - Odivelas, 8289  
 Rodrigo Rivera, Lisboa - Lisboa, 3451  
 Rodrigo Trancoso, Madeira - Funchal, 3582  
 Rogério Ferreira, Faro - Loulé, 10861  
 Rogério Neto, Faro - Olhão, 9698  
 Romana Lobo, Aveiro - Aveiro, 11914  
 Romana Sousa, Lisboa - Lisboa, 13846  
 Romão Ramos, Santarém - Torres Novas, 1351  
 Romeu Marques, Setúbal - Seixal, 10912  
 Rosa Antunes, Coimbra - Montemor-o-Velho, 5455  
 Rosa Maria Leite, Porto - Gondomar, 5693  
 Rosa Maria Pereira, Lisboa - Sintra, 6972  
 Rosário Madruga, Lisboa - Sintra, 433  
 Rufino Figueiredo, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13687  
 Rui Amaro, Setúbal - Setúbal, 12271  
 Rui Bessa, Porto - Lousada, 13575  
 Rui Brito da Silva, Viseu - Viseu, 11911  
 Rui Cortes, Vila Real - Vila Real, 251  
 Rui Costa, Lisboa - Lisboa, 8668  
 Rui Curado Silva, Coimbra - Figueira da Foz, 2823  
 Rui Godinho, Setúbal - Seixal, 2482  
 Rui Goulão, Aveiro - Mealhada, 13381  
 Rui Gutschmidt, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13242  
 Rui Jorge Sousa, Portalegre - Ponte de Sor, 13344  
 Rui Ledo, Bragança - Vila Flôr, 13712  
 Rui Lino, Castelo Branco - Cova da Beira, 13216  
 Rui Lopes, Setúbal - Barreiro, 12624  
 Rui M. Sá, Viseu - Viseu, 11916  
 Rui Massas, Setúbal - Almada, 12472  
 Rui Matoso, Lisboa - Torres Vedras, 206  
 Rui Morgado, Porto - Matosinhos, 6791  
 Rui Nóvoa, Porto - Porto, 159  
 Rui Pinela, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 10661  
 Rui Ricardo, Lisboa - Alenquer, 12823  
 Rui Rodrigues, Aveiro - Aveiro, 11519  
 Rui Silva, Aveiro - Espinho, 11935  
 Rui Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 7624  
 Rute Maria Reis, Porto - Lousada, 13188  
 Rute Matos, Porto - Porto, 13654  
 Salomé Ventura, Aveiro - Santa Maria da Feira, 12493  
 Sandra Caçoila, Santarém - Salvaterra de Magos, 5487  
 Sandra Cunha, Setúbal - Sesimbra, 487  
 Sandra Dias, Évora - Arraiolos, 961  
 Sandra Ferreira, Aveiro - São João da Madeira, 4090  
 Sandra Maltez, Setúbal - Seixal, 11288  
 Sandra Sousa, Setúbal - Seixal, 11574  
 Sara Pinto, Viseu - Lamego, 13267  
 Sara Rocha, Lisboa - Lisboa, 4762  
 Sara Santos, Porto - Gondomar, 9779  
 Sara Silva, Aveiro - Aveiro, 13377  
 Sara Vieira, Porto - Lousada, 13576  
 Sebastião Pernes, Faro - Vila do Bispo, 4952  
 Selma Pechilas, Aveiro - Aveiro, 12099  
 Serafim Cortizo, Lisboa - Lisboa, 11270  
 Serafim Duarte, Coimbra - Coimbra, 1150  
 Sérgio Filipe, Santarém - Salvaterra de Magos, 11407  
 Sérgio Silva, Setúbal - Seixal, 4774  
 Sérgio Teixeira, Aveiro - Espinho, 9349  
 Sérgio Veloso, Braga - Braga, 12613  
 Sesinando Araújo, Leiria - Marinha Grande, 13357  
 Silvana Paulino, Setúbal - Setúbal, 8864  
 Silvestre Pereira, Porto - Maia, 1262  
 Sílvia Aires, Aveiro - Aveiro, 10882  
 Sílvia Moutinho, Porto - Matosinhos, 9188  
 Sílvia Prates, Portalegre - Sousel, 13679  
 Sofia Roque, Lisboa - Lisboa, 3595  
 Sofia Santos, Europa - Bélgica, 5342  
 Sónia Araújo Almada, Madeira - Funchal, 2948  
 Sónia Gamelas, Aveiro - Aveiro, 13378  
 Sónia Mendes, Braga - Esposende, 6256  
 Sónia Nunes, Setúbal - Almada, 12569  
 Sónia Patrocínio Ribeiro, Braga - Guimarães, 10980  
 Sónia Reis, Leiria - Caldas da Rainha, 12872  
 Sónia Reis, Castelo Branco - Cova da Beira, 13716  
 Sonia Rodrigues, Portalegre - Elvas, 10270  
 Sónia Sousa, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10566



- Soraia Reis, Setúbal - Almada, 12565  
Stephanie Fernandes, Aveiro - Mealhada, 13718  
Susana Constante Pereira, Porto - Porto, 10590  
Susana Gutierrez Jimenez, Évora - Évora, 10964  
Susana Lourenço, Santarém - Entroncamento, 12164  
Susana Penedos, Leiria - Caldas da Rainha, 12875  
Susana Pinto, Porto - Porto, 13655  
Tânia Ribeiro, Santarém - Torres Novas, 10981  
Tânia Russo, Lisboa - Sintra, 13263  
Tânia Silva, Leiria - Caldas da Rainha, 12905  
Tatiana Ferreira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 13383  
Tatiana Moutinho, Porto - Porto, 148  
Tatiana Reis, Aveiro - Santa Maria da Feira, 10638  
Telma Ferreira, Leiria - Nazaré, 4506  
Telma Gaspar, Leiria - Marinha Grande, 13472  
Teófila de Matos, Setúbal - Sesimbra, 11957  
Teresa Silva, Porto - Gondomar, 6931  
Teresa Vieira, Aveiro - Santa Maria da Feira, 11668  
Teresina Paz, Santarém - Torres Novas, 8532  
Tiago Avelino Mendes Acúrcio, Coimbra - Condeixa-a-Nova, 8745  
Tiago Barbosa, Aveiro - Aveiro, 12837  
Tiago Bonito, Viana do Castelo - Viana do Castelo, 12761  
Tiago Carvalho, Porto - Gondomar, 7293  
Tiago Caseiro, Setúbal - Seixal, 2931  
Tiago dos Santos, Porto - Vila Nova de Gaia, 12710  
Tiago Gillot, Lisboa - Loures, 636  
Tiago Ivo Cruz, Lisboa - Lisboa, 5224  
Tiago Morais Morgado, Braga - Braga, 13141  
Tiago Pinheiro, Europa - Reino Unido, 7931  
Tiago Ribeiro Soares, Porto - Porto, 3965  
Tiago Silva, Lisboa - Sintra, 7579  
Tiago Silva, Porto - Porto, 13202  
Tiago Vicente, Lisboa - Cascais, 3035  
Tibério Puim, Açores - São Miguel, 11939  
Timóteo Macedo, Lisboa - Lisboa, 1104  
Tito Fontes, Açores - São Miguel, 11273  
Tomás Correia, Lisboa - Loures, 13134  
Tomás Marques, Aveiro - Estarreja, 12362  
Tomás Ramos, Faro - Albufeira, 13396  
Vanessa Sousa, Setúbal - Sesimbra, 10007  
Vasco Barata, Lisboa - Lisboa, 10218  
Vasco Gusmão, Porto - Gondomar, 13924  
Ventura Ramalho, Beja - Odemira, 11934  
Vera Quirós, Lisboa - Lisboa, 10898  
Vergílio Pereira, Porto - Gondomar, 7511  
Verónica Lopes, Açores - São Miguel, 10839  
Vicente de Sá, Évora - Évora, 11681  
Vicente Ferreira, Lisboa - Lisboa, 13219  
Victor Branco, Coimbra - Coimbra, 9781  
Victor Crespo, Lisboa - Lisboa, 13926  
Victor Pinto, Porto - Póvoa do Varzim, 7333  
Virgínia Matos, Aveiro - Aveiro, 6668  
Vítor Cavalinhos, Setúbal - Seixal, 526  
Vítor Edmundo, Lisboa - Loures, 1073  
Vítor Franco, Santarém - Santarém, 1329  
Vítor Gonçalves, Madeira - Funchal, 11825  
Vítor Júnior Pereira Pinto, Porto - Lousada, 13185  
Vítor Neves, Leiria - Marinha Grande, 3497  
Vitor Parreira, Açores - Terceira, 7434  
Vitor Pinheiro, Lisboa - Oeiras, 713  
Vítor Pires, Porto - Porto, 1263  
Vítor Rosa, Setúbal - Setúbal, 10748  
Vítor Ruivo, Faro - Faro, 516  
Vitor Tavares, Lisboa - Odivelas, 9855  
Vítor Tojeira, Leiria - Leiria, 6908  
Vitória Babo, Porto - Amarante, 13797  
Vitória Fróias, Açores - São Miguel, 10656  
Vitoria Rato, Portalegre - Portalegre, 11799  
Vitorino Pereira, Leiria - Leiria, 477  
William Naval, Lisboa - Lisboa, 7334  
Zuraida Soares, Açores - São Miguel, 3884

## **Moção C**

**MAIS DEMOCRACIA,  
MAIS ORGANIZAÇÃO**



# MAIS DEMOCRACIA, MAIS ORGANIZAÇÃO

## INTRODUÇÃO

*A nossa moção não tem como principal objetivo concorrer aos órgãos de direção do Bloco.*

*Não estamos na política em busca de lugares ou cargos, estamos mais focados na discussão de ideias.*

**Somos uma plataforma local**, mas usamos o modo de moção, porque este nos permite desenvolver e discutir melhor as nossas propostas.

*Estamos disponíveis, como estivemos em 2016, para conversar com outras moções e plataformas, desde que haja confluência nas questões políticas por nós consideradas essenciais: **mais democracia interna, mais organização, mais Bloco.***

*Sendo o Bloco de Esquerda, entre os cinco principais partidos, o mais recente e com menor número de aderentes, conseguiu, no entanto, alcançar a terceira posição entre os mais votados, posição que se vem consolidando, como mostram todas as sondagens realizadas desde as últimas eleições legislativas.*

*Ao mesmo tempo, o Bloco não consegue sair da última posição, quando se trata de eleições autárquicas.*

*Como explicar estes resultados?*

*O Bloco teve bons resultados nas eleições legislativas, superiores ao PCP, porque, na perceção popular, o Bloco é considerado um partido mais democrático.*

*Já nas eleições autárquicas os resultados foram inferiores, porque o Bloco, ao contrário do PCP, nunca privilegiou a organização local.*

*Portanto, se queremos ter ainda melhores resultados nas eleições legislativas, precisamos de aprofundar a nossa democracia interna. Quanto mais democráticos formos, melhor imagem popular teremos, melhores resultados obteremos.*

*Para termos melhores resultados autárquicos temos de melhorar muito a organização local e tentar diminuir o atraso que temos em relação aos outros partidos.*

*Mais democracia interna e mais organização local constituem, pois, a chave para o nosso crescimento e para o nosso sucesso.*

## 1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

No Bloco de Esquerda todas as decisões começam por ser definidas por um pequeno grupo de dirigentes, depois são plebiscitadas na Convenção ou nas reuniões da Mesa Nacional. Nestes órgãos máximos do Bloco ainda há um arremedo de democracia, já que as decisões são aprovadas por maioria, mas, normalmente, a arregimentação garante a sua aprovação automática.

As decisões tomadas na Mesa Nacional transitam para as Distritais, Concelhias e Núcleos como decisões a que as bases são alheias. A estas cabe-lhes o papel de colar cartazes, distribuir jornais, fazerem de figurantes nos eventos, sendo-lhes negado quaisquer direitos nas escolhas do partido/movimento.





Mesmo quando é preciso apresentar propostas sobre temas que as bases têm a obrigação de conhecer melhor, como por exemplo o alojamento local, as propostas são sempre discutidas nas cúpulas, sem qualquer participação das bases ou dos organismos intermédios.

Nem mesmo quando um projeto de lei é precedido de debate público, esse projeto é debatido pelas bases do Bloco de Esquerda.

Por outras palavras, **as decisões no Bloco funcionam sempre de cima para baixo e nunca de baixo para cima.**

Esta falta de democracia interna acaba por desvitalizar os organismos locais, concelhios e intermédios que, desprovidos de capacidade de decisão e de debate, perdem-se em reuniões estéreis e desprovidas de sentido político.

Acresce ainda o facto de a maioria dos projetos de lei apresentados na Assembleia da República nem sequer são discutidos, muito menos aprovados, nos órgãos competentes do Bloco.

Para corrigir este excesso de centralismo e défice de democracia, **propomos:**

**1.1.** Que a Comissão Política, sempre que precisar de fazer uma proposta política relevante, e desde que haja tempo, deve elaborar um anteprojeto.

**1.2.** Esse anteprojeto deve ser discutido nos organismos de base e intermédios, que o enriquecerão com os seus contributos.

**1.3.** Finalmente, a Mesa Nacional ou a Comissão Política procederão à sua aprovação, votando eventualmente alguns pontos em alternativa.

Outro aspeto que fica a dever muito à democracia interna é a **arrogância** com que a direção do Bloco encara as propostas oriundas de moções minoritárias. Por mais meritórias que sejam essas propostas, são sistematicamente rejeitadas pela maioria. Este facto é absolutamente extraordinário, considerando que o Bloco é um partido pequeno e sentir-se-ia discriminado se os partidos maiores o encarassem do mesmo modo que a direção atual lida com a oposição interna. Além disso, está inscrito no ADN do Bloco um valor essencial: o respeito pelas minorias e a sua não discriminação. Valor esse que é constantemente atropelado pela direção.

## **2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL**

Nas últimas eleições autárquicas, mais uma vez, o Bloco ficou aquém dos resultados das eleições legislativas e presidenciais. Isso deve-se, em parte, ao facto de não termos concorrido em mais de 170 municípios, num total de 308, e também porque não temos implantação local suficiente na generalidade dos concelhos onde concorremos, salvo raras exceções.

A fraca implantação local deve-se a um conjunto de fatores, que nós subdividiríamos em fatores externos e fatores internos.

Os fatores externos prendem-se com a realidade existente. Durante 40 anos os principais partidos foram-se implantando nos municípios, usando métodos nem sempre democráticos e transparentes, criando uma rede de interesses e compadrios, na construção civil, no futebol, nos bombeiros, nas fundações, nas IPSS, na distribuição de empregos, na pequena e na grande corrupção. Os próprios partidos ditos de esquerda acabaram por alinhar nalguns destes esquemas, para poderem disputar o poder autárquico. Pior do que isso, muitos quadros de esquerda acabaram por colaborar com esses partidos, numa visão «útil» para derrotar a Direita.

Os **fatores internos** têm a ver com a nossa incapacidade em romper com o cerco que os partidos tradicionais criaram em torno do poder autárquico.

Sem atraiçoar os nossos princípios e valores, podemos fazer muito mais para melhorar a nossa implantação local e, conseqüentemente, a nossa representação autárquica. Nesse sentido, avançamos com algumas sugestões:

**2.1.** Nos concelhos em que não estamos organizados, a Distrital deve patrocinar eventos que tenham como objetivos angariar aderentes, criar Núcleos e Concelhias.

**2.2.** Nos concelhos em que já estamos organizados, devemos dar prioridade aos eventos que sirvam para alargar a nossa base de apoio, em vez de reuniões inconsequentes, que não servem para tomar decisões nem chegar a conclusões.

**2.3.** Devemos dar especial atenção ao recrutamento de quadros locais que possam vir a ser bons candidatos autárquicos, mas tendo o cuidado de nos protegermos dos oportunistas.

**2.4.** Os nossos ativistas devem prestar atenção às associações locais, inscreverem-se como sócios e integrarem listas para os seus órgãos sociais.

**2.5.** As nossas estruturas concelhias devem organizar eventos culturais e desportivos, com o objetivo de atrair mais pessoas para o trabalho político.

**2.6.** Devemos continuar a apoiar as lutas sociais, sem as manipular, mas tendo como objetivo estratégico o fortalecimento da nossa estrutura local, de forma que isso seja uma consequência natural do nosso apoio.

**2.7.** A escolha dos candidatos autárquicos deve ser feita atempadamente. O facto da candidatura do CDS em Lisboa ter ultrapassado largamente a candidatura do PSD deveu-se, segundo os analistas, ao facto da candidatura do CDS ser feita com uma grande antecedência.

**2.8.** Sempre que possível, os nossos aderentes, especialmente advogados, médicos e professores, devem prestar serviços comunitários, pro bono, de forma a beneficiar a imagem do Bloco na sociedade.

**2.9.** Nos concelhos periféricos, que mostrem semelhanças geográficas e sociais, a Distrital deve organizar ações coordenadas entre as diferentes estruturas concelhias.

**2.10.** As estruturas concelhias devem ser apoiadas no sentido de informar os cidadãos dos seus direitos, especialmente pensionistas, desempregados, trabalhadores precários e vítimas de arbitrariedades.

**2.11.** O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

Recordemos o que nos foi prometido há algum tempo:

*“Nos próximos dois anos precisamos de um Bloco de Esquerda muito maior. Muito mais descentralizado na sua atividade local, distrital e sectorial, mais articulado na criação de plataformas de intervenção para o desenvolvimento de movimentos sociais, mais aberto à participação direta dos aderentes fora dos períodos de Convenção e mais concentrado em grandes atividades políticas unificadoras”.* (**Resolução da III Convenção, em 2002**).

Passados dezasseis anos e oito convenções depois estamos longe de cumprir o que nos prometeram fazer em 2 anos.

Mais do que promessas ocas, destinadas a não serem cumpridas, precisamos de uma práxis que nos encaminhe com passos firmes e seguros para um Bloco mais forte, precisamos de um Bloco que saia das



sedes e do Parlamento, precisamos de um Bloco que chegue às pessoas, onde elas se encontram, nas cidades, nas freguesias, nos bairros, nas escolas, nas empresas, nas ruas.

Precisamos de chegar às pessoas que continuam longe do ativismo voltado para o nosso próprio umbigo. Precisamos de chegar ao povo que tanto dizemos defender, mas de quem estamos muito distantes.

### **3. MAIS BLOCO, MENOS TENDÊNCIAS**

O Bloco de Esquerda foi fundado em 1999 a partir da união de 3 organizações políticas, uma trotskista (PSR), outra leninista (UDP) e uma terceira, constituída por ex-leninistas (Política XXI), aos quais se juntaram alguns independentes de esquerda.

Atualmente as duas maiores tendências, a tendência trotskista e a tendência leninista, embora sejam em número escasso, como sempre foram, controlam completamente o aparelho do Bloco de Esquerda.

Trotskistas e leninistas, tal como Trotski e Lenine, sempre tiveram pontos de confluência em dois princípios-base: centralismo democrático e ditadura do proletariado e divergem na importância da organização no trabalho político. Enquanto os leninistas veem na organização a forma mais adequada de fazer cumprir a sua agenda política, os trotskistas preferem chegar a mais pessoas fazendo propostas mais recuadas. Além disso, os trotskistas privilegiam as figuras proeminentes, para assim terem mais destaque nos meios de comunicação burgueses.

Dentro do Bloco de Esquerda, as duas tendências, tal como Lenine e Trotski o fizeram em 1917, acabaram por se entenderem, até porque aquilo que os separa é complementar. Tanto uns como outros sentiram a necessidade vital de chegar às pessoas e ambos engendraram mecanismos táticos diferentes para o conseguir.

Se o apego ao “centralismo democrático” é manifesto nas duas tendências, já em relação à “ditadura do proletariado” o apoio é mais mitigado. Os mais inteligentes, no seio destas duas tendências, perceberam que não era taticamente correta a sua defesa, dada a indesmentível falência nos países onde ela foi tentada, mas quase todos os seus apoiantes continuam a acalentar o objetivo estratégico da construção da sua ditadura de estimação.

São as duas tendências que definem as orientações estratégicas do Bloco, não permitindo que elas sejam previamente discutidas nas bases do Bloco, atropelando sistematicamente a democracia interna.

Os Estatutos e Regulamentos são deliberadamente vagos, com a dose de discricionariedade que lhes permite tomar decisões de acordo com as suas conveniências.

Continuam a recrutar membros dentro do Bloco, evidenciando um desprezo profundo pela nossa organização e a usá-la de uma forma instrumental.

Persistem na mesma estratégia autárquica de sempre, que se limita a reproduzir o modelo perdedor que nos tem garantido derrotas sucessivas nas eleições autárquicas.

Quando se trata de contratar funcionários, propor deputados ou eleger secretariados fazem acordos de bastidores, para dividirem entre si os cargos em disputa.

O seu comportamento político fica cada vez mais distante dos princípios e valores de esquerda e cada vez mais próximo do carreirismo e da ambição pessoal.

As tendências e o Bloco revelam uma espécie de dicotomia existencial.

As tendências transportam consigo as propostas irreais da extrema-esquerda, que tantas derrotas nos

garantiram no século XX e que nos levaram sempre a disputar migalhas do apoio popular.

Já o Bloco apresenta propostas mais facilmente aceites pelo povo e que nos têm permitido obter melhores resultados eleitorais.

Os novos aderentes, mais tarde ou mais cedo, acabam por perceber esta contradição entre as propostas moderadas do Bloco e o esquerdismo subjacente às tendências. Alguns ficam e alinham com as tendências, mas a maioria dos aderentes, os melhores, afastam-se, porque verificam que este não é o Bloco que lhes prometeram. Por isso temos uma abstenção tão elevada nas eleições internas, em muitos casos superior a 90%.

Os defensores das tendências justificam a sua existência, alegando que ela reflete uma diversidade de opiniões e de ideologias, que são um indício de democracia interna.

“A prática, que é o único critério da verdade”, tem demonstrado que estes argumentos são inválidos.

Se repararmos bem, cada uma das duas principais tendências, na lógica de disputa interna, têm recrutado membros que estão distantes, muito distantes, das ideologias que lhes servem de matriz. Vimos muitos leninistas numa tendência controlada por trotskistas, vimos não-marxistas numa tendência leninista, vemos sobretudo carreiristas, que corporizam a única «ideologia» comum às duas tendências.

Quanto ao reforço da democracia, qualquer aderente mais atento percebe que a sua voz vale pouco, que são sempre as cúpulas das tendências a decidirem tudo aquilo que importa para o nosso futuro como partido político.

Apesar de tudo, é de elementar justiça realçar que tudo o que temos, um Bloco relevante e 3º partido mais representado na Assembleia da República, tudo isso tem muito a ver com o trabalho desenvolvido pelas duas principais tendências. Seríamos ingratos se não reconhecêssemos isso.

Além disso, **enquanto as tendências não acabarem**, é muito importante que nenhuma delas controle completamente o Bloco. Se isso acontecer, então será o fim do Bloco de Esquerda e regressaremos ao tempo dos grupúsculos completamente irrelevantes.

Compete a nós, aderentes sem tendência, lutar contra o statu quo e construir, com o nosso trabalho e com o nosso empenho, uma alternativa credível que eleve o Bloco de Esquerda a um patamar compatível com aquele que o povo espera de nós.

#### **4. REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA**

Todas as revoluções do século XX foram feitas para derrubar ditaduras que, por motivos vários, estavam enfraquecidas.

Por outro lado, a realidade demonstrou que nunca os partidos assumidamente revolucionários conseguiram mobilizar os trabalhadores para derrubar regimes democráticos e construir o socialismo. Pelo contrário, os partidos e organizações que pugnavam por este objetivo foram-se acantonando, ficando cada vez mais irrelevantes.

Além disso, as revoluções socialistas que desistiram da democracia falharam redondamente.

Sempre que a democracia foi espezinhada em nome da revolução, ambas tiveram o mesmo fim inglório.

A partir destas lições da História, concluímos que nunca podemos prescindir da democracia como modelo de organização da sociedade. Uma democracia que reflita os interesses da maioria da população e não uma democracia manipulada e servil aos interesses da burguesia ou do aparelho de estado.



Outra lição clara da história é que não é possível fazer uma revolução para derrubar um governo eleito.

## 5. TÁTICA E ESTRATÉGIA NO COMBATE POLÍTICO

**Tática** é o conjunto de ações necessárias para vencer uma batalha e, por analogia, a organização de meios de ação utilizados para atingir determinados fins políticos.

**Estratégia** é o conjunto de ações para vencer uma guerra e, aplicada à política, significa o conjunto de meios e planos para atingir um objetivo de longo alcance.

Podemos dizer que o nosso objetivo estratégico é a construção do socialismo, mas para atingirmos esse fim, teremos de vencer muitas batalhas.

Mas não basta vencer batalhas, se não tivermos sempre presente que elas só são úteis se contribuírem para atingir o nosso objetivo estratégico.

Os **reformistas** costumam privilegiar a tática e o seu taticismo exagerado, muitas vezes, afasta-os irremediavelmente da construção do socialismo, indo engrossar as fileiras sociais-democratas.

Os **ultrarrevolucionários**, ao invés, querem desesperadamente chegar ao objetivo estratégico, esquecendo-se que, para vencer uma guerra, é necessário travar muitas batalhas e vencê-las. E não é possível vencer qualquer batalha sem soldados, sem ter o povo a apoiar.

A nossa ação política deve usar todas as táticas que forem necessárias para mobilizar um número crescente de trabalhadores para o combate socialista, mas nunca poderemos perder o nosso rumo estratégico, sob pena de nos enredarmos em taticismos que nos afastam do socialismo. Também devemos resistir à tentação de queimar etapas, ir com demasiada sede ao pote e correr o risco de o quebrar, como fazem os ultrarrevolucionários.

## 6. CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

As tentativas de construção do socialismo, levadas a cabo no século XX, saldaram-se **todas** em fracassos.

A planificação centralizada da economia que, teoricamente, deveria suprir todos os males do capitalismo, na verdade, veio criar outros problemas.

Desde logo porque, em nenhum dos países onde ocorreram revoluções, o capitalismo estava suficientemente desenvolvido para que se desse a transição para o socialismo preconizada por Marx.

As revoluções, ocorridas em fase precoce, não tiveram a capacidade de superar o déficit de desenvolvimento económico. Pouco dinamismo, pouca diversidade de produtos, não-satisfação das necessidades básicas do povo, nivelamento por baixo dos rendimentos individuais, não compensaram os benefícios trazidos a nível da saúde e da educação.

Perante a insatisfação popular, os regimes saídos das revoluções foram-se afastando progressivamente da regulação democrática, instaurando mecanismos repressivos, ao mesmo tempo que foram instituindo privilégios para a casta burocrática dirigente.

Neste contexto, todos os regimes revolucionários acabaram por regredir para um capitalismo selvagem, pior ainda que o capitalismo ocidental, este último, temperado por muitas medidas sociais, conquistadas pela lutas dos trabalhadores.

Neste quadro, as nossas propostas de construção do socialismo devem evitar cometer os erros do passado.

Desde logo, nunca poderemos abdicar da democracia, pois deve ser o povo e apenas o povo a julgar os governos que exercem o poder em nome dele.

As empresas estratégicas e monopólios naturais devem ser/permanecer nacionalizados, designadamente a EDP, GALP, CTT, REN, ANA, PT, RTP, Agência Lusa, TAP, Águas de Portugal, CP, Carris, STCP, Brisa, PPP, CGD e outros bancos intervencionados pelo Estado.

As empresas privadas produtivas devem existir, num contexto de economia mista.

As empresas privadas não podem ser extintas por decreto. Devem coexistir com outras empresas controladas por trabalhadores, em regime de autogestão, cooperativo, ou de gestão pública. As empresas privadas e públicas devem concorrer entre si e as empresas públicas devem impor-se pelo seu mérito e não através de medidas administrativas.

Ao Estado caberá, sempre, definir o rumo económico estratégico, bem como zelar pelo cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores, quer sejam eles públicos ou privados.

## 7. POLÍTICAS SOCIAIS

O Bloco de Esquerda tem-se preocupado mais em defender a classe média do que os mais pobres entre os pobres. Foi do Bloco a proposta de criação de mais escalões do IRS, que custará aos cofres do Estado mais 450 milhões de euros por ano. Por outro lado, o Bloco aceitou a ignomínia do aumento de 6 euros para as pensões mais baixas. Estes pensionistas pobres deveriam ter um aumento igual ou superior a 10 euros. Essa medida custaria apenas uma fração do que será despendido com o aumento do número de escalões. Não somos contra este aumento, mas ele só seria legítimo se fosse acompanhado por um aumento mais justo das pensões mais baixas.

## 8. POLÍTICA DE ALIANÇAS

Após os resultados das últimas eleições legislativas, que se saldaram em derrotas dos partidos da Direita e do PS e onde o Bloco de Esquerda foi a única força política ganhadora, não sobrou espaço para outra solução diferente da que acabou por ser encontrada. Entre um governo da Direita e um governo PS apoiado pela Esquerda, tornou-se inevitável apoiar esta última solução.

O povo nunca compreenderia que fôssemos nós os responsáveis por entregar o governo à coligação PSD-CDS.

Enquanto perdurar a atual situação incomum de suportarmos um governo do PS, os nossos deputados poderão e deverão fazer mais no sentido de retirar dividendos políticos da situação.

A maioria dos deputados continua a agir como se estivessemos na oposição, fazendo declarações e protestos, ao invés de apresentarem propostas exequíveis que aproximem o país de maior justiça social. É certo que estudar os dossiers e apresentar propostas fundamentadas dá mais trabalho do que a estafada política de protesto, mas os deputados que não têm demonstrado estar adaptados à situação política atual não deveriam ser recandidatos às próximas eleições legislativas. Mas muitos sê-lo-ão certamente, não por mérito próprio, mas por imposição absurda da sua tendência. Com isso, não ganha a tendência, não ganha o Bloco nem ganha o país.

Em relação às próximas eleições legislativas, não apoiamos uma aliança pré-eleitoral com o PS ou o PCP.

Quanto a alianças pós-eleitorais, teremos de esperar pelos resultados.

**Não se espera que o cenário de 2015 se repita em 2019.** Ou seja, não é previsível que o PSD tenha mais votos do que o PS, mesmo que a aliança de direita seja reeditada.



**Se o PS obtiver uma maioria absoluta**, poderá governar sozinho e não ficaremos com espaço para pressionar esse partido a prosseguir a política de recuperação de rendimentos para os mais desfavorecidos. Ficaremos a fazer oposição de esquerda.

**Se o PS ganhar, sem maioria absoluta**, e o Bloco for suficiente para garantir a maioria absoluta no Parlamento, então deveremos negociar com o PS no sentido de continuar a política que tem sido seguida nos últimos anos.

Deveremos exigir que o salário mínimo e as pensões mais baixas continuem a recuperar, que a legislação laboral seja melhorada, que os CTT voltem à gestão pública, que novas privatizações e a gestão privada de organismos públicos sejam impedidas, que o horário de 35 horas seja implementado no setor privado, que o tempo de reforma para as longas carreiras contributivas seja diminuído, que a lei dos despejos seja revogada e que os serviços públicos sejam melhorados. Se o PS não aceitar estas condições, ficaremos a fazer oposição de esquerda.

Não devemos abdicar de nenhuma destas exigências, mas também não devemos cair na tentação de fazer outras exigências impossíveis de cumprir pelo PS e, desse modo, fazer abortar um acordo, o que contribuiria para uma degradação das condições de vida dos trabalhadores e pensionistas. O nosso eleitorado prefere ver-nos a contribuir para a melhoria das condições dos trabalhadores e não nos perdoaria se o seu voto voltasse a ficar reduzido a um mero voto de protesto.

Como temos divergências insanáveis com o PS em relação a questões europeias e em relação à NATO, **em nenhuma circunstância devemos aceitar entrar para um executivo PS**. O máximo que poderemos fazer é viabilizar, no Parlamento, um governo do PS. Como temos feito.

## 9. O FLAGELO DOS DESPEJOS

Temos vindo a assistir, nos últimos tempos, ao drama dos despejos, potenciado pela famigerada lei de Assunção Cristas e que o PS ainda não teve coragem política para revogar. O Bloco precisa de ser mais enérgico na defesa da revogação desta lei desumana.

### SUBSCRITORES:

Mónica Ferreira, Porto - Paredes, 10384

Paulo Teles Silva, Porto - Paredes, 170

Américo Campos, Porto - Paredes, 9572

Ana Ribeiro, Porto - Paredes, 13008

Fernando Oliveira, Porto - Maia, 10649

Alberto Guimarães, Porto - Paredes, 11930

Elisa Brito, Porto - Paredes, 14008

Álvaro Azevedo, Porto - Maia, 10929

Armando Herculano, Porto - Vila do Conde, 1750

Joaquim Fernando Pereira Araújo, Porto - Maia, 10222

Maria Rosa Ferreira, Porto - Paredes, 11165

Duarte Graça, Porto - Paredes, 12034

Dirceu Graça, Porto - Paredes, 12272

Olívia Barros, Porto - Paredes, 11166

Adão Campos Júnior, Porto - Paredes, 11169

Elias Alves, Porto - Paredes, 10899

Maria Fernanda Rocha, Porto - Paredes, 11104

Nelson Martins, Porto - Paredes, 12275

Luís Gabriel Campos, Porto - Paredes, 10159

Débora Campos, Porto - Paredes, 11247

Manuel Evaristo Campos, Porto - Paredes, 11124

Ricardo Soares, Porto - Paredes, 11246

Maria Sofia Ferreira, Porto - Paredes, 11170

Manuel Fernando Moreira, Porto - Paredes, 11446

Paulo Santos, Porto - Paredes, 10901

Bruno Ismael Silva, Porto - Paredes, 12179

Fernando Moreira, Porto - Paredes, 10146

Joaquim Leal, Porto - Paredes, 10952

Daniel Campos, Porto - Paredes, 11117

Andreia Rodrigues, Porto - Paredes, 14009

António Cláudio Cardoso, Porto - Paredes, 14010

António Ferreira, Porto - Paredes, 11123

Isabel Ferreira, Porto - Paredes, 10906

## **Moção M**

**UM BLOCO QUE  
NÃO SE ENCOSTA**





# UM BLOCO QUE NÃO SE ENCOSTA

## EM MOVIMENTO!

*Desde a sua fundação, o Bloco de Esquerda definiu-se como um partido-movimento anticapitalista com o objetivo de disputar a maioria social através do aprofundamento da ação popular em todas as esferas da vida coletiva.*

*O projeto político do BE sempre se assumiu como autónomo e alternativo ao do centrismo, do social-liberalismo e de quem olha para o capitalismo como o fim da história. Porque um mundo novo é o que nos move, o BE permanece a esquerda que não se encosta. A esquerda que não se encosta ao fatalismo que cruza os braços enquanto se aprofunda a desigualdade no mundo, se preparam novas guerras e crescem os fascismos. A esquerda que não se encosta às regras da burguesia europeia que confinam a política ao horizonte único da austeridade permanente. A esquerda que não se encosta nem se resigna com a ditadura financeira internacional. A esquerda que não se encosta às formas rotineiras e trefistas de fazer política, aos modelos burocráticos e verticalizados, à institucionalização e redução da política a um espetáculo mediático.*

*O BE volta assim a afirmar-se como a força em movimento que não desiste de nada, que se junta e se organiza para a luta toda.*

## 1. O CAOS GEOESTRATÉGICO, AS CRISES E A URGÊNCIA DO INTERNACIONALISMO E DO ECO-SOCIALISMO

**1.1.** Apesar de um aparente momento de retoma, o capitalismo continua a ser a crise multidimensional. Vivemos os tempos de uma profunda crise ambiental, alimentar, económica e humanitária. Adiar responder à crise ambiental equivale a condenar-nos à barbárie. E, nesse sentido, a crítica da economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade. **A coragem da resposta ecológica tem de ser mobilizadora e socialmente justa, combinando a necessidade de uma transição energética radical com a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas, procurando modelos de produção e distribuição alternativos ao mercado, buscando outras formas de decisão e de atribuição de valor em sociedade.**

**1.2.** No mundo da ditadura financeira ressurgiu, entretanto, o velho protecionismo que os defensores do mercado sem fronteiras juravam enterrado definitivamente. A desestabilização que significou a eleição de Donald Trump e a reemergência no coração do imperialismo americano do protecionismo intensifica as contradições entres os vários sectores das burguesias internacionais. A nova corrida ao armamento é mais uma face do acentuar de tensões entre esses sectores e colocam o mundo perante um cenário catastrófico.

**1.3.** Mas Trump é apenas a cara mais mediatizada e poderosa do atual reforço da distopia. **Um pouco por todo o mundo assistimos a um recrudescimento de movimentos ultraconservadores e profascistas que têm conduzido metodicamente ataques aos direitos das minorias étnicas, mulheres e trabalhadorxs. E a hegemonia destes movimentos reforça-se ainda à medida que o centrão vira cada vez mais à direita para, alegadamente, contrariar o crescimento da extrema-direita.** As tentações totalitárias são cada vez mais expressas nas tentativas de condicionar o acesso à informação, bem como na criação de “verdades” e “factos” alternativos.

#### **1.4. Velhos e novos imperialismos acotovelam-se, contribuindo para um cenário internacional caótico.**

O peso da derrota das Primaveras Árabes continua a fazer-se sentir. As populações da Síria e da Palestina continuam a ser massacradas, à mercê de interesses imperialistas das várias potências envolvidas. A América Latina sofre pressões e processos golpistas fascizantes. Há 22 milhões de refugiados (mais de metade com menos 18 anos) e mais de 65 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo.

## **2. UMA EUROPA ESTILHAÇADA, A AUSTERIDADE PERMANENTE E A URGÊNCIA DO ANTIFASCISMO**

**2.1.** A crise do processo de integração europeia, de que o Brexit foi apenas a faceta mais visível, tem sublinhado a incapacidade das burguesias europeias de gerar um processo democrático continental. Entretanto, enquanto a unidade se estilhaça noutros campos, no militarismo e securitarismo permanece firme. **A constituição de um embrião de exército europeu é disso sinal. Uma esquerda que se digne tem de lutar para parar esta intenção.**

**2.2.** Estas burguesias têm visto os seus partidos tradicionais viverem crises que têm redefinido os mapas políticos internos ao mesmo tempo que têm convivido pacificamente com o crescimento dos fascismos e dos nacionalismos, com o fechamento de fronteiras, com a guerra contra os refugiados que se trava no Mediterrâneo. Apesar de não ter encontrado ainda uma expressão política visível, o fascismo do século XXI que assola a Europa ameaça também Portugal. **É preciso disputar com a extrema-direita o descontentamento gerado pelo capitalismo através de uma radicalização programática que viabilize uma alternativa de rutura com o capitalismo, alicerçada numa forte participação cidadã na construção dos movimentos e na multiplicação de porta-vozes e representatividades.** Nesse sentido, movimentos de defesa de serviços públicos de saúde, de resistência à gentrificação e de ocupação de casas vazias nas cidades-montra da Europa, a resistência intransigente das populações indígenas no Brasil pelo direito à sua terra ou a intensificação das greves na China têm sido provas de resistência e alternativas ativas à ditadura da inevitabilidade.

**2.3.** Contudo, o que permanece do projeto europeu significa ainda a continuação do desmantelamento dos resquícios do “Estado Social Europeu”, impondo a austeridade permanente suportada numa moeda que está construída para ser um espartilho económico que beneficia sobretudo a burguesia alemã e seus satélites. Se o projeto dos donos de Portugal é a subserviência a esta situação, uma esquerda anticapitalista sabe que ela é insustentável e tem a coragem de propor a mudança não se remetendo aos limites de um nacionalismo utópico e isolacionista nem a um europeísmo feito de esperanças nas instituições atualmente existentes. Se esta Europa é uma chantagem, o nacionalismo não conseguirá ser a promessa do resgate popular da política emancipatória. **Assim, é preciso uma alternativa que dispute soberania política para as maiorias sociais enquadrada num movimento internacionalista que evite o isolamento que condenaria a alternativa à derrota.**

## **3. PORQUE A GERINGONÇA NÃO RESOLVEU NENHUM DOS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO PAÍS, A LUTA ANTI-AUSTERITÁRIA CONTINUA A SER URGENTE**

**3.1.** O governo social-liberal não resolveu nenhum dos problemas fundamentais do país. À narrativa governamental de que foi a tímida “recuperação de rendimentos” que provocou o crescimento económico é preciso opor a realidade de que, num país ultradependente das conjunturas económicas internacionais, foi um crescimento económico do espaço europeu que permitiu uma limitada recuperação de rendimentos dentro do quadro dos restringimentos aceites pelo governo. **Assim, beneficiando desta conjuntura económica internacional positiva e tendo o apoio da esquerda parlamentar, o governo do Partido**

**Socialista escolheu o caminho da austeridade light e limitou-se a utilizar a margem de manobra do crescimento económico para reverter minguadamente a parte mais gravosa do projeto de destruição social conduzido pela troika e pela direita.**

**No entanto, não se resolveu o problema da dívida, a crise bancária nacional continua a ser uma ameaça, a falta de investimento público foi a regra de ouro e o Estado Social foi delapidado.** Os exemplos dos limites desta solução política são muitos: os subsídios à banca privada que se mantiveram com a recapitalização do Novo Banco, o resgate do Banif e as despesas contínuas com os bancos falidos; os offshore que continuam os paraísos intocados das grandes fortunas; privatizou-se a CP Carga; as parcerias público-privadas na saúde que continuam a garantir mais de metade do financiamento aos hospitais privados; os 0,7% de IRC que a EDP pagou em 2017; os dividendos e remunerações crescentemente abusivas de administradores de grandes empresas; o aumento das rendas da habitação nos grandes centros urbanos; o perigo de prospeção petrolífera ao largo da costa portuguesa; a perda de soberania, com a assinatura de tratados como o CETA.

**3.2. Em Portugal, as condições de vida das classes trabalhadoras não mudaram substancialmente. As leis laborais da altura da troika mantiveram-se, a sangria migratória não foi invertida e cerca de cem mil portugueses emigraram em 2016.** A criação de emprego foi realizada com recurso à precariedade (a maioria dos novos contratos realizados é precária) e significou, entre 2014 e 2017, uma subida na percentagem de contratos iniciados pelo valor do salário mínimo de 23,1% para 40,7%. Os números reais do desemprego continuam altíssimos, próximos dos 18%.

**3.3.** Os trágicos incêndios do ano passado são uma ferida aberta no país. A política florestal subordinada a interesses privados, ao mesmo tempo que se convive com a falta de meios da Proteção Civil ou a sua concessão a particulares está em linha com as teses austeritárias. **O governo não combateu as assimetrias e para o BE é necessário fazer das periferias uma centralidade.**

**3.4. O governo não inverteu o caminho de degradação do ensino público e do Sistema Nacional de Saúde.** O desinvestimento continua a ser regra, as PPP fazem da saúde um negócio e o projeto de descentralização da educação não é um caminho para a democratização, mas, pelo contrário, uma forma de impedir a participação democrática nas escolas.

**3.5.** Outro flagelo, especialmente nos grandes centros urbanos, acentuado pela crise económica e a que a geringonça não foi capaz de dar resposta é o acesso à habitação. Com a especulação imobiliária a manipular o mercado, o aumento do turismo, mas também a precariedade que levou as pessoas a procurarem fontes de rendimento alternativas, as rendas subiram para níveis astronómicos. **São necessárias políticas nacionais e locais que combatam a gentrificação e que permitam o acesso a habitação digna e com condições.**

**3.6.** Com a política social-liberal normalizou-se a ideia de que o único horizonte político é a austeridade ditada pelos Tratados Europeus e que esta pode ser aplicada inteligentemente. Daí que seja hoje mais difícil contrapor-nos à hegemonia austeritária que é dominante. O BE não se encosta ao social-liberalismo, nem se rende à política do mal menor. Recusamos o papel de agente da estabilidade governativa e assumimo-nos como impulsionadores de alternativas ao sistema. O BE não defenderá de forma alguma a austeridade light. **O BE deve partir das enormes limitações da "geringonça" para uma rutura política com as instituições europeias existentes e com a burguesia nacional que permita combater a ideia de que existe um qualquer acordo idílico com o PS que possa mudar de facto as condições de vida de quem vive e quer viver em Portugal.**

#### **4. COMBATER A EPIDEMIA DA PRECARIIDADE PERMANENTE**

**4.1.** Baixos salários, horários de trabalho longos, poucas férias, baixíssima segurança laboral sobre diversas formas são ingredientes sociais para criar sentimentos de desesperança, rutura psicológica e atomização

social. **Mais do que um formalismo contratual, a precariedade é a situação em que praticamente todo o tempo de vida de quem trabalha, ou procura trabalhar, é colonizado por um sistema que dilui as fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal como forma de incrementar a extração de mais-valia.** Portugal é o segundo país europeu com maior índice de perturbações de foro mental, tendo 1/3 da sua população diagnosticada com algum problema de saúde mental, na sua maioria distúrbios de ansiedade e depressão.

**4.2.** Para além disto, as políticas de austeridade têm debilitado o Serviço Nacional de Saúde quando era ainda mais necessário que ele desse resposta a esta situação: a medicação é cara e pouco acessível, não existe acompanhamento devido e a maioria das consultas em hospitais públicos só é marcada após sinais claros de debilidade. As pessoas oprimidas e em situação mais precária permanecem expostas e sem apoio.

**4.3.** Estes problemas devem ser encarados de forma sistémica através do ataque às bases estruturais de um sistema que tantas vezes transforma um mar de oportunidades e de sonhos num aprisionamento permanente. **É também urgente um programa de emergência para a saúde mental pública.**

## **5. O BE ESTREITOU O SEU CAMINHO COM O APOIO AO GOVERNO SOCIAL-LIBERAL**

**5.1. O apoio parlamentar do BE ao governo do PS saldou-se para o Bloco num aprofundamento dos processos de mediatização, parlamentarização e imediatismo da sua intervenção política.** Foram-se encerrando e ignorando ainda mais os desejos e as reivindicações nos corredores sempre demasiado curtos do Parlamento, esquecendo-se que é na luta, na rua, nos locais de trabalho e nos outros espaços onde se produz sociedade que se disputa o essencial das relações de força.

**5.2.** A gestão propagandista, autocentrada e triunfalista do acordo de governo fez com que o BE passasse a ser visto como garante da estabilidade governativa ou muleta do governo nos piores casos, ou como um mero negociador que o puxa um pouco para a esquerda nos melhores. **A imagem de um Bloco integrado confortavelmente num sistema político que, supostamente, quer mudar só pode ser um obstáculo à construção de um projeto político que é alternativo ao atual estado de coisas.**

**5.3. Nos últimos tempos, aumentou a profissionalização da militância, acentuou-se o fosso entre direção efetiva e direção formal do partido** (com as reuniões de órgãos de direção a serem desvalorizadas pelos acordos prévios entre as correntes maioritárias que se constituem enquanto dois polos hegemónicos sem diferenças ideológicas e políticas marcantes) **e entre direção e bases** (com a normalização da ideia de que há peritxs que devem decidir e de que as decisões mais importantes são tomadas de cima para baixo). As bases do Bloco de Esquerda demasiadas vezes são cada vez mais remetidas ao tarefismo em vez de serem o centro de uma militância de alta intensidade.

## **6. OS MOVIMENTOS SOCIAIS PERMANECEM DEBILITADOS: É NECESSÁRIO DINAMIZAR E CRIAR PONTES**

**6.1.** Num primeiro momento, o estado de graça prolongado do governo teve como dano colateral o efeito de não permitir uma reconstrução dos movimentos sociais que sofreram duramente as dificuldades inerentes ao período da crise. Esta dificuldade explica também a hegemonia conquistada pela austeridade ilusoriamente leve na sociedade portuguesa. **Depois do momento revogatório das medidas da troika, assistindo a uma desaceleração económica e aos impasses próprios da política social-liberal, ressurgem mobilizações sindicais baseadas na ideia defensiva de que parte dos ganhos da retoma deve ser socializada, nomeadamente através do descongelamento das progressões nas carreiras da função pública.**



**6.2. Passar à ofensiva é defender a redução do horário máximo de trabalho semanal para 35 horas no sector público e no privado, o aumento substancial do número de dias de férias, aliados à extinção da figura do estágio como ela existe e à resposta a outros vínculos de trabalho atualmente renegados pela Segurança Social, expondo contradições de um modelo assente na manutenção estrutural de uma enorme massa de desempregados.**

**6.3.** Neste contexto, repensar a organização sindical num país em que a precariedade é regra e em que o sistema produtivo sofreu alterações substanciais ao longo das últimas décadas é imperativo. A precariedade atomiza xs trabalhadorxs, cria a ilusão da diluição das contradições de classe, dificultando os referenciais de luta convencionais. Por isso, é preciso resgatar o sindicalismo das suas paralisias: democratizando-o com horizontalidade; quebrando as lógicas das burocracias sindicais, tantas vezes afastadas do próprio dia-a-dia de trabalho; abrindo-o a precárixs, desempregadxs e incentivando a ação unitária entre diferentes setores de atividade e pensando à escala internacional (mesma empresa, mesmas condições, mesma luta). **A tarefa de construir uma organização política dxs desempregadxs, em aliança com empregadxs, é tão urgente como promissora, porque só ela permitirá quebrar as lógicas conflituosas e segregacionistas dentro da classe trabalhadora, centrando as entidades patronais e o sistema económico como os adversários a combater.** Incentivar a organização política de outros grupos tipicamente invisibilizados, de que são **exemplo xs cuidadorxs informais e xs trabalhadorxs domésticas**, é outra necessidade premente para combater a atomização social e recentrar a indignação social no conflito com o capital.

**6.4.** As respostas ao conservadorismo fascizante crescente devem estar no centro dos movimentos sociais. Ao contrário do que nos diziam as teses otimistas iludidas com os efeitos da modernização do país, **racismo, xenofobia, machismo, discriminação anti-LGBT+, não são excrescências de um passado que acabarão com a passagem do tempo e alguma educação. São campos de batalha fundamentais para qualquer projeto emancipatório.** Nesse sentido, são necessárias alianças estratégicas no interior do movimento antifascista, capazes de dar uma resposta à mobilização e organização da extrema-direita por todo o país, que tem vindo a crescer e a ganhar estrutura e é necessário apoiar a capacidade renovada com que ativistas negrxs têm vindo a colocar em causa as tentativas de reabilitação do colonialismo e os luso-tropicalismos.

**6.5. Recusamos a lógica da institucionalização das pessoas com diversidade funcional.** Batemo-nos pelo direito a uma vida independente, com direito ao emprego, mas também a todo o apoio social necessário para uma vida digna.

**6.6. O Bloco deve tomar uma posição forte pela abolição das propinas no ensino superior, recusar a lógica do estudante/cliente e da Universidade/empresa, opondo-se aos regimes fundacionais.** Queremos um ensino verdadeiramente emancipatório e não apenas copie as lógicas do capitalismo e da maximização do lucro dentro da academia.

**6.7. Permanece necessária uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos tal como é necessário que o BE se empenhe no apoio concreto à organização de resistências seja à austeridade, tal como na defesa da cultura sempre sacrificada no altar dos deficits.** Revolucionar a relação do Bloco com o movimento social é uma tarefa urgente para criar e restabelecer pontes necessárias ao reacender da contestação e organização social em torno do conflito capital-trabalho e pelo combate a todas as formas de discriminação para lá do trabalho. A política de controlo do movimento social é politicamente errada e, mesmo eleitoralmente, contraproducente, porque fragiliza a relação com aquela que deveria ser a base social do BE. **Para além de uma relação renovada pelo respeito pelas diferenças e autonomia do movimento social e pela procura de ações conjuntas neste âmbito é urgente repensar as próprias formas do movimento e do Bloco se organizarem em virtude das novas configurações do mundo do trabalho e da vida em sociedade.**

**6.8.** Um BE que se proponha a unir forças e não dividir, a partilhar e não comandar, a construir em vez de dissolver, tem que ser capaz de apoiar, de forma desinteressada, os movimentos sociais para construir algo maior que si próprio, capaz de fazer a transformação social para lá do parlamento e da política institucional, **recriando um partido-movimento capaz de correr por dentro e correr por fora.**

## **7. O CONSERVADORISMO NÃO É FADO: É PRECISO NÃO DAR TRÉGUAS ÀS MENTALIDADES QUE CHEIRAM A MOFO**

**7.1.** Assistimos, nos últimos anos, a uma mudança significativa no movimento feminista e LGBT+. Começam a haver figuras públicas, nacionais e internacionais, a dar a cara por causas feministas, contra as agressões e violência diárias sobre as mulheres e surgem, finalmente, denúncias concretas, sobre agressões concretas.

**7.2.** No entanto, este movimento continua a ser classista e pouco intersectorial. Se por um lado, se tem formado uma frente contra o assédio nas passadeiras de Hollywood, o mesmo continua presente nas ruas, nos locais de trabalho, nos espaços de lazer, na cultura, nos bairros, no quotidiano de todas as mulheres, afectando sobretudo mulheres que acumulam outras opressões: as mulheres negras, lésbicas, bissexuais, precárias, pobres, trans, são invisibilizadas na luta e, conseqüentemente, nas conquistas. A culpabilização das vítimas do machismo permanece muito presente nos tribunais, nos locais de trabalho, nas conversas quotidianas, nos discursos. Compreendemos ainda que a luta LGBT+ é necessária quando as pessoas ainda se sentem inseguras nas ruas, e o medo da perseguição, de ataques verbais e físicos fazem parte do quotidiano da comunidade. Após o veto do Presidente da República à lei de autodeterminação de género e com a discussão sobre a mesma manipulada através da falta da informação, é necessário a criação de um programa e campanhas centradas no debate informado, não só para esta questão, mas todas as questões que envolvem a discriminação e as liberdades individuais. **O movimento feminista e queer não pode esquecer que ainda não há salário igual para trabalho igual ou que todos os problemas se agudizam com precariedade económica e que se cruzam com discriminações étnicas, raciais e capacitistas.**

**7.3.** O BE surge muitas vezes isolado e é visto com desconfiança por partes dos movimentos sociais e ativistas. O BE tem vindo a atropelar as decisões tomadas coletivamente, dentro e fora do Bloco, ao mesmo tempo que sobrepõe a sua agenda política, comprometendo ativismo e ativistas. **Por estes motivos, o BE deverá ser um partido que impulse o debate, a informação, os movimentos sociais e a organização coletiva que combata a moral conservadora.**

## **8. FAZER DAS URGÊNCIAS UM PROGRAMA MÍNIMO PARA UMA VIDA DIGNA**

**8.1.** O BE procurará dar resposta a todas as urgências da política através da realização de campanhas políticas de longo fôlego que o façam disputar a hegemonia profunda e não apenas o dia-a-dia, que o coloquem na ofensiva relativamente ao seu programa e não apenas na expectativa de disputar alguns votos ao PS.

**8.2.** Para o BE, as eleições não são o princípio e o fim da política, mas constituem momentos importantes de disputa de proposta e de conquista de espaço político. Por isso, as **eleições europeias não serão oportunidade apenas para fazer uma vaga propaganda da "desobediência" aos tratados europeus, mas para propor caminhos efetivos para uma Europa diferente. E, nesse sentido, o BE não limitará o seu arco de alianças internacional aos partidos mediáticos e de sistema.**

**8.3.** Por outro lado, o BE apresentar-se-á às próximas eleições legislativas a partir do balanço crítico e sério das limitações do acordo de governo vigente. A história do PS e a presente arquitetura da União Europeia fazem com que o social-liberalismo seja o único quadro expectável para uma governação assente neste partido. Não é tempo de omissões ou de ilusões, mas de respostas. **O mesmo BE que não se nega**



**a convergências pontuais que melhorem a qualidade de vida de trabalhadorxs, recusa o apoio e uma possível participação num governo do Partido Socialista.**

**8.4. As eleições regionais da Madeira são da maior importância para o BE.** Com a atuação das últimas décadas do PSD e com os indícios já demonstrados pelo PS ao lado dos lobbys e donos da Madeira, nenhum deles mostrou ser a solução. **Esta passa pelo reforço de eleitas do BE que têm demonstrado estar sempre ao lado dos interesses das populações.**

**8.5. Nas várias disputas eleitorais e nas suas campanhas o BE apresentará ao país um programa imediato a partir das seguintes bases:**

- Renegociar a dívida e denunciar a sua parte odiosa;
- Rejeitar o Tratado Orçamental;
- Bater-se por alterar as regras do Euro ao mesmo tempo que prepara uma saída eventualmente necessária da moeda única pela esquerda e não em aliança com a burguesia nacional;
- Sair da NATO;
- Acabar com o Frontex e restantes mecanismos de vigilância contra xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- Melhorar o acolhimento de refugiadxs e apoiá-los na integração;
- Regularizar xs imigrantes, alargando o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos: sociais, culturais, económicos;
- Recuperar o investimento público e investir nas funções sociais do Estado;
- Nacionalizar os setores estratégicos da economia: banca, energia, água, saúde, educação, transportes, infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos, indústrias da madeira e grande distribuição;
- Aumentar o salário mínimo para 900 euros;
- Reduzir o IVA dos bens de primeira necessidade;
- Conduzir uma reforma fiscal apoiada no controlo de capitais para financiar um aumento considerável do investimento público e do Estado Social;
- Conduzir uma política de pleno emprego;
- Acabar com a lógica da condicionalidade nas medidas de proteção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- Diminuir a idade de reforma para 62 anos ou 40 anos de trabalho;
- Fim das taxas moderadoras na saúde;
- Renegociar as PPP e as rendas para empresas monopolistas;
- Acabar com todas as formas de precariedade;
- Rasgar o código de trabalho imposto pela troika e priorizar a contratação coletiva e a dificuldade nos despedimentos;
- Diminuir o horário de trabalho para 35 horas para todxs, acabando com a figura da isenção de horário;

- Tetos ou taxas para acumulação de capital por parte das grandes empresas;
- Proibição de estágios não remunerados;
- Realizar uma transformação de fundo no território: estimular o repovoamento através da criação de serviços públicos de qualidade em todo o território e privilegiando a produção de bens que permitam a soberania alimentar e energética e o respeito e viabilidade pelos ecossistemas a curto e longo prazo;
- Adotar políticas públicas que garantam não apenas o direito à habitação digna mas igualmente a decisão coletiva sobre o espaço;
- Conduzir uma política agrícola e de reindustrialização que combine o respeito pelos ecossistemas com a satisfação das necessidades sociais, favorecendo fontes de energia alternativas aos combustíveis fósseis, recusando a exploração petrolífera no país;
- Garantir que os transportes públicos não sejam privatizados e defender a gratuidade do transporte público;
- Defender um subsídio de alimentação decente e igual para todos;
- Criar lares públicos de forma a proteger e promover o bem-estar dos idosos;
- Promover o cooperativismo, a economia solidária e as alternativas auto-gestionadas.

## 9. UM PARTIDO-MOVIMENTO, UM PARTIDO EM MOVIMENTO

**9.1.** O BE chegou à política portuguesa com a promessa de fazer a diferença não só mudando o mapa político nacional, mas também a própria forma de fazer política. Ousou definir-se como partido-movimento. Passados 19 anos da sua fundação, **o BE mostra-se apenas como partido tradicional e nada como movimento: falta democracia interna, militância significativa e protagonismo das bases, sobra centralização, institucionalização e rotina.** As pressões do sistema político dominante para construir uma imagem de partido com capacidades governativas e fazer política mediática vão-se impondo e limitando a participação.

**9.2. Ao BE sobram também acordos de cúpula e falta um debate estratégico de fundo mais vivo e mais formação política. Assim, o Bloco promoverá a discussão de alternativas de fundo para a sociedade** que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das conceções como a da necessidade da propriedade privada ou a configuração do imperialismo como existe hoje em dia. Este processo deverá beber e ser feito em debate com o trabalho político do movimento social.

**9.3. O Bloco não ficará fechado nos limites confortáveis da ação política tradicional, na autoconstrução imediata, na propaganda do elogio, mas ousará afirmar-se como o partido das solidariedades:** procurará por isso potenciar redes ao serviço dos movimentos de solidariedade e de auto-organização dos mais desfavorecidos, conseguindo estabelecer as pontes fundamentais de confiança que permitam a unidade nas lutas contra o austeritarismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição, e apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas.

**9.4. Para isso, é necessário:**

- Limitar mandatos nos vários níveis da direção;
- Realizar referendos internos sobre questões fundamentais;





- Criar um boletim interno como veículo das diversas opiniões;
- Fazer renascer a formação política;
- Valorizar, democratizar e atribuir responsabilidades reais ao trabalho de base;
- Criar um portal da transparência com informação atualizada sobre as contas do BE e as declarações de rendimentos de eleitos e dirigentes bloquistas;
- Estabelecer um salário único para funcionários e promover a rotatividade de funcionários e nas posições de representação política, para evitar a dependência económica do partido, reforçar o contacto real com as realidades da classe trabalhadora e estimular a criatividade e irreverência nas formas de fazer política.

*A política emancipatória faz-se sempre de muitas urgências. Mas a urgência prévia que nos permite disputar todas as outras será a que começa por colocar a militância, a participação, a horizontalidade como fundamentais, a que tem a coragem de recusar as chantagens da gestão quotidiana do sistema capitalista.*

*A força do Bloco não se pode esgotar na representação do partido dentro das instituições do Estado burguês. Esta deve estar assente nos movimentos sociais de base e nos interesses da classe trabalhadora. Deve ser reforçada e impulsionada em articulação com sindicatos, organizações e movimentos que lutem pelo fim da exploração e de todas as opressões. Só assim se construirá um BE em linha com o seu potencial emancipatório com um programa renovado pela radicalidade. Só assim poderemos alcançar o objetivo a que um projeto anticapitalista se propõe: superar o capitalismo, abrindo espaço para a construção de uma sociedade de iguais, humanamente diferentes.*

#### SUBSCRITORES:

Afonso Jantarada, Lisboa - Lisboa, 10708	Frederico Carreiro, Lisboa - Sintra, 12907
Alexandra Freire, Aveiro - Ovar, 4455	Gisela Carvalho, Porto - Matosinhos, 12310
Alexandre Café, Lisboa - Vila Franca de Xira, 10070	Helder Santos, Lisboa - Lisboa, 3395
Alexandre Nunes Cunha, Leiria - Caldas da Rainha, 9201	Henrique Gil, Lisboa - Lisboa, 1093
Amália Espiridão Oliveira, Évora - Évora, 956	Inês Ribeiro Santos, Lisboa - Amadora, 5334
Ana Martins, Lisboa - Lisboa, 6425	Irina Castro, Coimbra - Coimbra, 6797
Angelo Leonardo Costa, Porto - Porto, 9739	Jaime Vaz do Santos, Setúbal - Sesimbra, 4626
António Alves Vieira, Porto - Porto, 10928	Joana Ribeiro Santos, Lisboa - Amadora, 3789
António Tomás, Porto - Porto, 12694	João Campos Moreira Rodrigues, Lisboa - Lisboa, 10538
Artur Jorge De Matos Gouveia, Viseu - Santa Comba Dão, 12061	João Luciano, Europa - Bélgica, 184
Carlos Carujo, Lisboa - Sintra, 101	João Nuno Paulo, Lisboa - Lisboa, 10580
Carlos Cerqueira, Lisboa - Sintra, 501	João Patrocínio, Lisboa - Lisboa, 13408
Catarina Galego, Lisboa - Loures, 12105	João Paulo Pereira, Santarém - Torres Novas, 9936
Catarina Príncipe, Porto - Porto, 3418	João Pedro Santos, Setúbal - Setúbal, 9393
Diogo Araújo, Porto - Porto, 12279	João Ponte, Leiria - Pombal, 13052
Eduardo Fernandes, Setúbal - Palmela, 11912	João Vieira, Lisboa - Lisboa, 14002
Eduardo Meca Castro, Porto - Porto, 12695	José António Melo Nunes Guerra, Setúbal - Sesimbra, 1032
Egídio Fernandes, Madeira - Funchal, 7350	José Luís Damas de Carvalho, Setúbal - Almada, 10721
Elisabete Figueiredo, Aveiro - Aveiro, 9036	José Manuel Dias, Évora - Évora, 7667
Érica Almeida Postiço, Lisboa - Lisboa, 5155	Joseph da Silva, Lisboa - Sintra, 7978
Francisco Pacheco, Porto - Porto, 12750	Júlio César de Matos Gouveia, Viseu - Santa Comba Dão, 3726
	Luís Filipe Pires, Lisboa - Lisboa, 1026



Luís Santos, Lisboa - Odivelas, 8954  
Mamadou Ba, Lisboa - Lisboa, 2126  
Manuel Fernandes, Porto - Porto, 11068  
Márcia Pereira, Lisboa - Lisboa, 12093  
Maria Gabriela Serra Medeiros Oliveira, Açores - São Miguel, 3868  
Maria José Samora, Lisboa - Sintra, 502  
Mário Martins, Leiria - Pombal, 11238  
Mateus Sadock, Lisboa - Lisboa, 12406  
Mi Martinho Guerreiro, Lisboa - Cascais, 8469  
Miguel Lobo Barbosa, Porto - Porto, 12374  
Nuno Moniz, Porto - Porto, 4325  
Orlanda Silva, Leiria - Leiria, 2891  
Pedro Abreu, Europa - Noruega, 4791  
Pedro F. Martins Pereira, Porto - Matosinhos, 4054  
Pedro Taveira, Setúbal - Seixal, 11056  
Samuel Cardoso, Lisboa - Lisboa, 9828  
Sandra Sousa, Lisboa - Lisboa, 13199  
Sónia Fernandes, Madeira - Funchal, 13410  
Tomás Cunha, Lisboa - Vila Franca de Xira, 13196  
Vítor Gonçalves, Lisboa - Vila Franca de Xira, 11253



# CALENDÁRIO

## ABRIL

- 22** - Reunião da Mesa Nacional convoca XI Convenção, discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).
- 23** - Publicação da convocatória e regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico;
- 23** - Encerramento da inscrição de aderentes para efeito dos cadernos eleitorais.

## JUNHO

- 05** - Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.
- 25** - Entrega à COC (coc.2018@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas;
- 25** - COC reúne às 17:30h para validar Moções.

## JULHO

- 07** - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XI Convenção.
- 18** - Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)

## SETEMBRO

- 17** - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos
- 24** - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.
- 24** - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2
- 24** - Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à Convenção
- 26** - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais dos/as delegados/as à XI Convenção

- 27** - Sai deBatEs #2 - Propostas finais de Moções e textos de opinião

- 28** - Início período debate das Moções

## OUTUBRO

- 07** - Final do período debate Moções
- 09** - Apresentação às Coordenadoras distritais/regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatura a delegados
- 10** - Validação das listas pelas Coordenadoras distritais/regionais
- 15** - Envio das listas de delegados + kit voto para aderentes

## NOVEMBRO

- 02** - Eleições delegadas/os à XI Convenção
- 03** - Eleições delegadas/os à XI Convenção
- 04** - Eleições delegadas/os à XI Convenção
- 06** - Sai DeBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações Estatutos, guião votações Moções)
- 10** - XI Convenção
- 11** - XI Convenção



# ÍNDICE

Introdução .....	2
Regulamento do processo preparatório da XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda .....	3
Proposta de regimento para a XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda .....	6
Propostas de alteração aos estatutos .....	9
Moção A: <b>Um Bloco mais forte para mudar o país</b> .....	10
Moção C: <b>Mais democracia, mais organização</b> .....	31
Moção M: <b>Um Bloco que não se encosta</b> .....	40
Calendário da XI Convenção .....	51

# AGORA, A ESQUERDA

[bloco.org](http://bloco.org) | [esquerda.net](http://esquerda.net)